



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E
CIDADANIA AMBIENTAL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da DN nº 72/2013 da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Gabinete da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

**Brasília
2014**

Colaboradores

Gabinete da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Mariana Meirelles (Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental)

Antoniela De Viscente Borges (Chefe de Gabinete)

Maria Lúcia Silva Malta

Cinobelino Lemos de Andrade

Douglas da Silva Rezende

Luciano Koji Shimizu

Vinicius Rodrigues Vieira

Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

Geraldo Vitor de Abreu

Ana Carla L. de Almeida

Ana Carolina Mendes dos Santos

Angelita de Souza Coelho

José Delfino da Silva Lima

Departamento de Educação Ambiental

Nilo Sérgio de Melo Diniz

Renata Rozendo Maranhão

José Luís Neves Xavier

Departamento de Produção e Consumo Sustentável

Ariel Pares

Rivaldo Pinheiro Neto

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	5
1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	6
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	6
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	6
1.1.1 Introdução	7
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	9
1.3 Organograma Funcional.....	10
1.3.1 Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental – DCRS	11
1.3.2 Departamento de Educação Ambiental - DEA.....	15
1.3.3 Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis – DPCS.....	15
1.4 Macroprocessos finalísticos.....	16
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	19
1.6 Principais Parceiros	19
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013	23
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	23
2.1 Planejamento da unidade	23
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	25
2.2.3.1 Ações – OFSS	28
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão	32
2.3.1 Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental	32
2.3.2 Departamento de Educação Ambiental	35
2.3.3 Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis	37
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	39
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	39
3.1 Estrutura de Governança	39
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	39
3.4 Sistema de Correição	41
3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	41
3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....	41
4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	42
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	42
4.1 Execução das despesas	42
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	42
4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	42
4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	42
4.4 Transferências de Recursos	43

4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	43
4.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	44
4.4.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	44
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	45
4.5	Suprimento de Fundos.....	47
4.6	Renúncias sob a Gestão da UJ.....	47
5	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	48
5.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	48
5.1	Estrutura de pessoal da unidade	48
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	48
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	50
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	52
5.1.5	Cadastro no Sisac	55
5.1.5.1.	Atos sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	55
5.1.5.2	Atos sujeitos à comunicação ao TCU:.....	55
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	55
6	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	56
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	56
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	56
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	56
7	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	56
7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	56
7.1	Gestão da tecnologia da informação (TI).....	56
8	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	57
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	57
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	57
8.3	Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água	57
9	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	59
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	59
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU;	59
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI	60
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	61
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	61
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93.....	62
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	63
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	63

9.6	Alimentação SIASG E SICONV	63
10	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013..	64
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE		64
10.1	Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.	64
10.2	Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.	64
10.3	Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.	64
11	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013..	65
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS		65
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	65
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.	65
11.2.2	Declaração com Ressalva	65
 PARTE B DO ANEXO II DA DN 127/2013– CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS. 66		
27	PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013...	67
27.1	Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”	67
27.1.1	Consultor (a) Zaira Anislen Ferreira Moutinho.....	67
27.1.2	Consultor (a): Fani Mamede	68
27.1.3	Consultor (a): Cristiano Cunha Pereira	69
27.1.4	Consultor (a): BENNER Tecnologia e Sistemas de Saúde LTDA.....	70
27.1.5	Consultor (a): Aline Falco Reis Fernandes.....	72
27.1.6	Consultor (a): Fernando Henrique de Sousa.....	73
27.1.7	Consultor (a): Márcia Gouveia Régis.....	75
27.1.8	Consultor (a): Renata Conceição Pio Raposo Bernardes	76
27.1.9	Consultor (a): Sara Araújo Poletto	77
27.1.10	Consultor (a): Maria Thereza Ferreira Teixeira	78
27.1.11	Consultor (a): Ambientalís	79
27.1.12	Consultor (a): Solar Formação, Pesquisa e Gestão LTDA.....	80
27.1.13	Consultor (a): Fundação Getúlio Vargas	82

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 –
CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Meio Ambiente			Código SIORG: 1927
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental			
Denominação Abreviada: SAIC			
Código SIORG: 92934	Código na LOA: 44101		Código SIAFI: 440077
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 37.115.375/0012-60	
Principal atividade: Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais			Código CNAE: 8412-4
Telefones/Fax de Contato:	(061) 2028-1404	(061) 2028-1430	(061) 2028-1406
Endereço Eletrônico: uaf.saic@mma.gov.br			
Página na Internet: http://www.mma.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar – CEP: 70068-900 – Brasília/DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas descrição e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.101/2007, publicado no Diário Oficial da União em 27/04/07, que aprova a estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 292, de 23/05/2007, que delega competência ao titular e respectivo substituto da SAIC para a prática de atos de gestão orçamentária e financeira dos recursos alocados em favor das Unidades Gestoras sob sua responsabilidade.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 01 de 13/03/2009 SAIC, que estabelece o arranjo institucional da SAIC para exercer as atividades de planejamento e gestão orçamentária e financeira			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
440077	SECRET. ARTICULACAO INST. E CIDADANIA AMBIENTAL		
440044	PROJ. NACIONAL DE MEIO AMBIENTE II - SAIC/BIRD 4524 BR P		
440049	AMAZONIA SUST.-GESTAO E ADM. PROG. REGIAO NORTE - SAIC/KFW 9565243		
440050	AMAZONIA SUST.-GESTAO E ADM. PROG. REGIAO NORTE - SAIC-021958/026654		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	TESOURO NACIONAL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
440077		00001	
440044		00001	
440049		00001	
440050		00001	

1.1.1 Introdução

Este relatório foi construído com base nas orientações normativas exaradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU por meio da Portaria nº 175 de 9 de julho de 2013, Decisão Normativa nº 127 de 15 de maio de 2013, Instrução Normativa nº 72 de 15 de maio de 2013 e Instrução Normativa nº 63 de 1º de setembro de 2010.

No mesmo sentido, nos termos do art. 70 da Constituição Federal vigente com o conteúdo e forma fixados em decisão normativa que configura o cumprimento da obrigação de prestar contas.

Esta Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC apresentará seus resultados no cumprimento da missão institucional no que tange à participação social e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável.

As informações contidas no presente Relatório são provenientes de consultas ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, ao Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos – SIGAP, informações contábeis enviadas pela Setorial Contábil deste MMA bem como de informações dos Departamentos que compõem esta Secretaria, quais sejam: Departamento de Educação Ambiental (DEA), Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS) e o Departamento de Produção e Consumo Sustentável (DPCS).

Quanto à estrutura, este Relatório se divide em 12 partes, a saber: identificação e atributos das unidades cujas gestões compõem o relatório, planejamento da unidade e resultados alcançados, estruturas de governança e de autocontrole da gestão, tópicos especiais da execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados, gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento, gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, conformidade e tratamento de disposições legais e normativas, relacionamento com a sociedade, informações contábeis e contratação de consultores na modalidade “produto”.

Na seção referente à identificação e atributos das unidades cujas gestões compõem o relatório, são abordadas informações gerais atinentes à SAIC, finalidades e competências institucionais, organograma funcional, macroprocessos finalísticos e principais parceiros.

Em 2013, o Ministério do Meio Ambiente iniciou a elaboração do Planejamento Estratégico, referente ao período de 2014 a 2022. Dessa forma, não existia, no âmbito do MMA, um planejamento estratégico metodologicamente estruturado de forma a explicitá-lo no tópico referente à este tema. Então, foram elencados os objetivos que nortearam as estratégias e ações que, consoante ao Plano Plurianual (PPA), tiveram sua efetividade aferida mediante indicadores, observando os critérios de utilidade e mensurabilidade.

Sobre as estruturas de governança e autocontrole, em princípio são expostas as percepções da SAIC quanto aos seus mecanismos de controle interno, de maneira que foram relatadas questões atinentes ao ambiente de controle, à avaliação de risco das atividades de controle; à informação e comunicação na UJ e ao monitoramento.

Relacionaram-se nos tópicos especiais da execução orçamentária e financeira as ações orçamentárias a cargo desta SAIC. Descreveram-se as principais despesas, pagamentos, cancelamentos, restos a pagar e transferências de recursos.

Os programas concernentes ao Plano Plurianual (PPA) vigente e as ações referentes à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013 de responsabilidade da SAIC foram relacionados na seção que trata da execução orçamentária e financeira, de modo que foram descritos suas características, resultados e reflexos.

Na seção “gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados” constam informações sobre a estrutura de pessoal da unidade (afastamentos, qualificação, custos associados, composição do quadro, acumulação remunerada, indicadores gerenciais) e terceirização de mão de obra.

Em “conformidades e tratamento de disposições legais e normativas” são descritas as providências adotadas no atendimento de acórdãos do TCU no tocante aos recursos públicos.

Na seção de “informações contábeis”, constam os critérios e procedimentos adotados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT16.9 e NBCT16.10, no tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade, declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. – SIAFI.A Setorial Contábil/SPOA/MMA é responsável pela implementação e controle destas informações.

Encerra-se o relatório com informações sobre a contratação de consultores na modalidade “produto”. Apresentam-se as contratações no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

Alguns itens não foram contemplados no presente Relatório por não se aplicarem à realidade da SAIC, não obstante conste a obrigatoriedade de apresentação na DNTCU nº 127/2013 (Anexo I, Quadro A1, b). São eles: 1.5, referente aos macroprocessos de apoio; 3.4, 3.5 e 3.6, referentes ao sistema de correição (apresentado no relatório da Secretaria Executiva ou SECEX), cumprimento da Portaria nº 1.043/2007 da Controladoria Geral da União (CGU) e aos indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos, respectivamente; 4.2, 4.3, 4.5 e 4.6 referentes a reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores, suprimento de fundos e às renúncias sob a gestão da UJ, respectivamente; 5.2 referente à terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários; 6.1 e 6.2 referentes à Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros e à Gestão do Patrimônio Imobiliário (a qual ficará a cargo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão ou SPOA); 7.1 concernente à gestão da tecnologia da informação e do conhecimento; 9.3, 9.4 e 9.5 referentes a Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna, Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 e Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário; 10.2 e 10.3 referentes a Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade e Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC foi instituída pelo Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de abril de 2007, após revisão da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente.

O Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007 prevê que:

Art. 31. À Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental compete:

I - promover a articulação e a integração intra e intergovernamental de ações direcionadas a implementação das políticas públicas de meio ambiente e a construção de agendas bilaterais ou multilaterais nas áreas de responsabilidade do Ministério;

II - desenvolver articulação com as esferas federal, estadual e municipal e organizações não-governamentais, sobre matéria legislativa de interesse do Ministério e de suas entidades vinculadas;

III - articular e harmonizar a atuação das unidades do Ministério e das entidades vinculadas nos órgãos colegiados;

IV - promover a articulação institucional para a implementação do processo de descentralização e repartição de competências entre os três níveis de governo;

V - formular e implementar estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

VI - gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente - SINIMA;

VII - promover o desenvolvimento de estatísticas ambientais e indicadores de desenvolvimento sustentável;

VIII - elaborar, coordenar e acompanhar a implementação da Agenda 21 brasileira e estimular a implementação de Agendas 21 locais e regionais;

IX - elaborar, coordenar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental;

X - coordenar a organização da Conferência Nacional do Meio Ambiente;

XI - coordenar a organização da Conferência Nacional Infante-Juvenil;

XII - prestar apoio administrativo à Comissão Permanente do Cadastro Nacional de Entidades Ambientais e desenvolver cadastro geral de interlocutores do Ministério;

XIII - promover a adoção pelas empresas e órgãos públicos de códigos voluntários de conduta e de tecnologias ambientalmente adequadas;

XIV - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

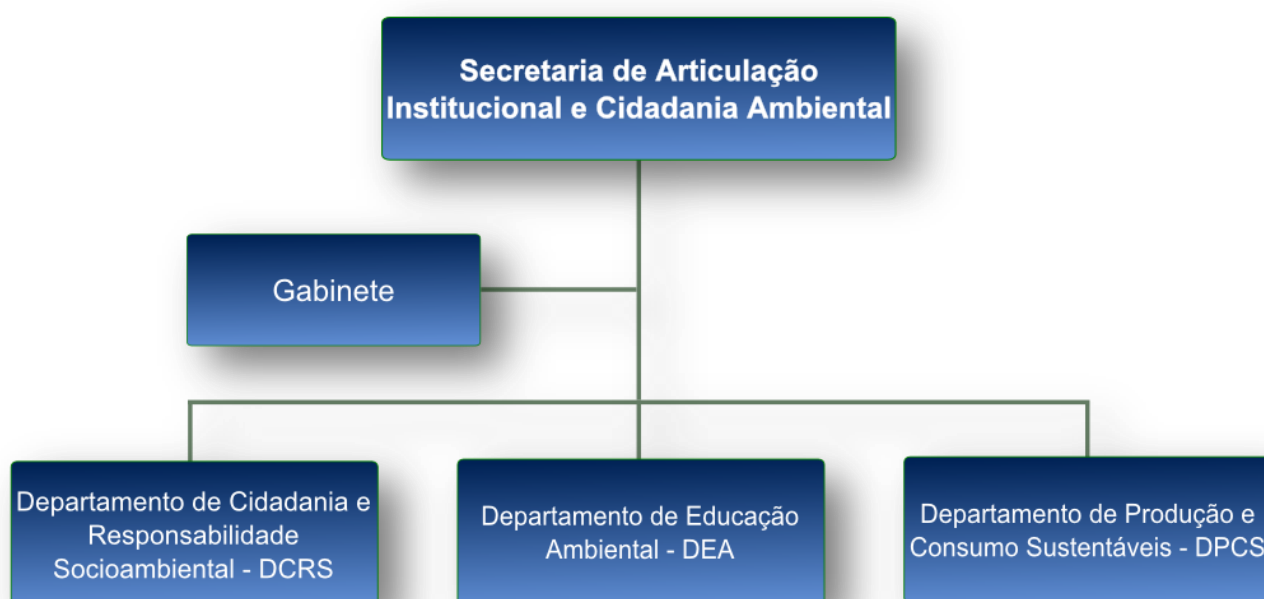
XV - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;

XVI - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

XVII - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

1.3 Organograma Funcional

O Organograma funcional atual da SAIC apresenta-se da seguinte forma:



Nos termos do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, o capítulo II descreve sobre a estrutura organizacional:

Art. 2º O Ministério do Meio Ambiente tem a seguinte estrutura organizacional:

(...)

e) Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental:

- 1. Departamento de Coordenação do Sistema Nacional do Meio Ambiente;*
- 2. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental; e*
- 3. Departamento de Educação Ambiental;*

Em decorrência da realocação de atribuições no âmbito do Ministério, mudaram-se as responsabilidades da Secretaria com o desmembramento de suas competências. O Departamento de Coordenação do SISNAMA – DSIS passou a responder diretamente à Secretaria-Executiva. Em 2011 foi criado um novo Departamento, denominado Departamento de Produção e Consumo Sustentável – DPCS, resultado da reformulação da Diretoria de Economia e Meio Ambiente – DEMA.

Dessa forma, a SAIC passou a ter sob sua responsabilidade os seguintes departamentos:

- Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental – DCRS;
- Departamento de Educação Ambiental – DEA;
- Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis – DPCS.

Abaixo as atribuições de cada departamento.

1.3.1 Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental – DCRS

O Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental – DCRS executa suas ações norteado pelas seguintes agendas: Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, Agenda 21, Conferência Nacional do Meio Ambiente – CNMA e Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade.

A3P

A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P é um programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA que converge para o estabelecimento de um novo padrão de sustentabilidade nas atividades públicas. A A3P visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades regimentais da Administração Pública. Trata-se de um programa referencial que promove a intersecção de princípios constitucionais como os da eficiência, eficácia e economicidade com os interesses ambientais e do desenvolvimento nacional sustentável, conforme nova redação dada na Lei de Licitações nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Do ponto de vista econômico, como já constatado pelo próprio Tribunal de Contas da União - TCU, a adoção da A3P contribui para uma redução significativa nos gastos do Governo. Isso porque existe um potencial de redução no consumo, por exemplo, de energia elétrica, água e papel com a implantação de medidas simples como a instalação de interruptores individuais, uso racional do sistema de ar condicionado, conservação da água e redução no consumo de papel. Há que se considerar que, além dos ganhos econômicos, o consumo racional permite uma redução significativa das emissões de CO₂.

Em relação aos ganhos socioambientais que podem ser atingidos com a adoção da A3P, a gestão dos resíduos sólidos, normatizada pelo Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, é uma das ações com maior potencial de mudança. Por meio da correta separação e destinação dos materiais recicláveis, o Governo Federal pode contribuir para aumentar a taxa de reciclagem brasileira, pós-consumo, que hoje varia entre 45 a 50%, dependendo do produto.

Ressalta-se que os governos são grandes consumidores e também produtores de bens e serviços e que, por intermédio de uma política de compras e de melhorias do desempenho ambiental em suas instalações prediais, operações e procedimentos administrativos, podem contribuir, significativamente, para o alcance de padrões mais sustentáveis de consumo e de produção. A adoção de critérios de sustentabilidades nas contratações públicas e nas obras de construção e reforma pode contribuir para a mudança nos padrões de produção e consumo, a exemplo, da aquisição de madeira certificada com garantia de procedência.

Ademais, a adoção obrigatória da A3P por parte dos órgãos governamentais federais representa uma adequação do Governo Brasileiro às recomendações internacionais, como as da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-Eco 92). Ao mesmo tempo, garante a observância, no âmbito da Administração Pública, dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto 1981; da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999; da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 e da Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Nesse contexto, a A3P se soma às iniciativas do Governo Federal que já se encontram em implementação, como é o caso do “Projeto Esplanada Sustentável”, e fortalece a iniciativa de tornar as aquisições e contratações sustentáveis obrigatórias, como proposto pelo Ministério do Planejamento pelo Decreto nº 7.746/2012, de 5 de junho de 2012, que criou a Comissão de Sustentabilidade do Governo Federal.

Agenda 21

A Agenda 21 Brasileira é um processo e um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. Esse documento é resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global, principal documento resultante da Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano).

Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no País.

Compete ao DCRS a elaboração, coordenação e acompanhamento da Agenda 21 brasileira além de estimular a implementação de Agendas 21 locais e regionais.

CNMA

As Conferências Nacionais do Meio Ambiente podem ser definidas como espaços de participação social por meio do debate de propostas, encaminhamentos e construção de ambientes decisórios para a criação, implementação e gestão de políticas públicas de natureza socioambiental. São de significativa importância para o Estado Brasileiro, uma vez que diferentes segmentos se mobilizam e dialogam sobre temas pertinentes a todo o País. Num total de quatro conferências realizadas, elas abordam temas prioritários para a sociedade brasileira, possibilitando que seus resultados sejam estratégicos para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade

Lançada no contexto da Rio+20, como uma contribuição brasileira àquela Conferência, e então com o título “Iniciativa Mulheres Rumo à RIO+20: A Sustentabilidade no Feminino”, a iniciativa se transformou numa Rede que reúne mulheres líderes da gestão executiva, de conselhos, ou tomadoras de decisão representares de instituições, públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, que atuam com questões relativas à promoção de sociedades mais sustentáveis e que efetivamente podem formular e assumir compromissos em prol da sustentabilidade e do empoderamento feminino e possam implementá-los no âmbito de suas instituições. Mulheres capazes de ampliar a Rede de atuação, identificando e mobilizando outras mulheres, de modo a aumentar a influência da própria Rede e das ações a serem definidas.

A Rede é colaborativa, seu trabalho voluntário e a troca de experiências, bem como de informação, é generosa. O objetivo maior desse esforço é beneficiar outras mulheres e contribuir para o desenvolvimento sustentável do nosso País. Foi instituída pela Portaria Ministerial nº 408, de 13 de novembro de 2012, e sua atual estrutura de governança é composta por um Conselho Estratégico, um Conselho Consultivo e uma Secretaria-Executiva. O Conselho Estratégico atua como instância superior de aconselhamento e decisão da Rede, e tem como missão principal identificar, propor e aprovar um modelo de governança definitivo para a Rede. Ele é presidido pela Ministra de Estado do Meio Ambiente Izabella Teixeira.

Já o Conselho Consultivo tem como principal missão aprovar o Plano de Trabalho da Rede com base na “Plataforma 20”, documento resultante da “Iniciativa Mulheres Rumo à RIO+20: A Sustentabilidade no Feminino” e orientar os Grupos de Trabalho. Esses, por fim, são subdivididos de acordo com as três agendas consideradas prioritárias pela Rede, quais sejam:

- i) Grupo de Trabalho I: empoderamento das mulheres (em consonância com os objetivos da ONU – Mulheres e da SPM/Brasil) – promover lideranças femininas em cargos estratégicos nas estruturas de poder público e privado, no recorte estruturante da sustentabilidade.
- ii) Grupo de Trabalho II: empreendedorismo Verde ou Negócios Sustentáveis – fomentar a capacidade empreendedora em negócios sustentáveis dentro do marco institucional da economia verde inclusiva.
- iii) Grupo de Trabalho III: necessidade de mudar os padrões de consumo e produção (Marraquech/PNUMA e Plano Nacional de Consumo e Produção Sustentável/Brasil) – promover novos padrões de consumo, especialmente nas classes médias urbanas, com estratégias de comunicação de massa e alianças estratégicas com segmentos sociais que tenham objetivos semelhantes. A Secretaria-Executiva dos dois Conselhos é exercida pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, coordenada por seu titular. Incumbindo-lhe agendar as reuniões, preparar os subsídios necessários, bem como divulgar e promover as ações da Rede, em consonância com as orientações do Conselho Estratégico.

Comitê Interno de Gênero

O compromisso com a implementação de políticas públicas que acelerem a redução das desigualdades de gênero tem sido uma diretriz do Estado Brasileiro desde 2003, quando foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), no âmbito da Presidência da República. Da mesma forma, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) reconhece a importância de minimizar a desigualdade entre homens e mulheres como princípio, inclusive para o desenvolvimento do País. Assim, o MMA tem adotado medidas com vistas à incorporação de questões de gênero e políticas públicas para as mulheres em sua área de competência.

Considerando as recomendações advindas da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres de criação de eixo de sustentabilidade e os princípios e diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Ministério do Meio Ambiente instituiu o Comitê Interno de Gênero, por meio da Portaria nº 287, de 17 de agosto de 2012, com alterações pela Portaria nº 308, de 12 de setembro de 2012, com a finalidade de subsidiar a inclusão das questões de gênero e políticas públicas para as mulheres, nas áreas de competência do Ministério do Meio Ambiente.

O Comitê busca incentivar e subsidiar o desenvolvimento de ações/iniciativas em benefício das mulheres e da igualdade de gênero, e o aprimoramento da capacidade dos diferentes setores planejarem, articularem, implementarem, monitorarem e avaliarem as iniciativas desenvolvidas em benefício das mulheres e da igualdade de gênero. Nesse sentido, atua junto às diferentes estruturas do órgão (Secretarias, diretorias, departamentos) de modo a sensibilizar, qualificar e comprometer toda a

instituição com a adoção de um olhar de gênero que seja transversal a todas as suas ações. Assim, tem o propósito de estimular e proporcionar uma qualificação interna à instituição como estratégia para garantir políticas que estejam profundamente articuladas à dimensão de gênero e promovam, em última instância, iniciativas mais adequadas às necessidades das mulheres brasileiras e à promoção da igualdade de gênero. O Comitê é constituído por representantes do Ministério do Meio Ambiente (Secretarias e Gabinete da Ministra) e das entidades vinculadas.

A primeira atividade conduzida pelo Comitê foi a pactuação dos objetivos, metas e ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015. Para cumprir os compromissos assumidos pelo MMA, em 2012, os representantes do Comitê realizaram um levantamento de informações junto às suas unidades, com base nas ações que fazem parte do PPA 2012-2015 e que, sem alterarem sua natureza, contribuem para o alcance das metas do PNPM 2013-2015. O resultado desse trabalho foi consolidado em documento assinado pela Ministra Izabella Teixeira e encaminhado, em outubro de 2012, à SPM. Essas metas serão monitoradas ao longo do período, a fim de que sejam cumpridas.

1.3.2 Departamento de Educação Ambiental - DEA

A Educação Ambiental está apoiada em três pilares básicos para contribuir com a implementação da Lei nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, quais sejam:

- (i) Processos de Gestão e Articulação;
- (ii) Formação de Educadores e Educomunicação;
- (iii) Comunicação Social. Estão sendo desenvolvidas ações e práticas formativas e mobilizadoras voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões socioambientais, orientadas para a organização e a participação dos cidadãos na defesa da qualidade de vida e do meio ambiente, sempre buscando a redução das desigualdades sociais, a melhoria das condições de vida no campo e na cidade, a transversalização da EA nas demais políticas públicas, a difusão das informações, a participação democrática e a construção de um País mais justo e sustentável.

CNEA - Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas

Criado pela Resolução CONAMA/Nº 006/89, o CNEA foi instituído com o objetivo de manter em banco de dados o registro das entidades ambientalistas não governamentais atuantes no País, cuja finalidade principal seja a defesa do meio ambiente.

1.3.3 Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis - DPCS

O Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS/SAIC) tem como principal missão implementar o Plano de Ação em Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) fomentando políticas, programas e ações de consumo e produção sustentáveis

no País, voltadas a ampliar as soluções para problemas socioambientais, consoante com as políticas nacionais que visam à erradicação da miséria, à redução de emissões de gases de efeito estufa e ao desenvolvimento sustentável, além de atender ao compromisso internacional assumido pelo Brasil no âmbito do Processo de Marrakesh. A contribuição crucial do PPCS está em promover mudanças verificáveis nos padrões de produção e consumo, estimulando novas formas de produzir e consumir com responsabilidade socioambiental.

1.4 Macroprocessos finalísticos

A tabela abaixo apresenta os macroprocessos finalísticos, seus principais serviços e processos empreendidos pelos Departamentos desta Secretaria em 2013:

Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental		
Macroprocessos Finalísticos	Principais Serviços	Principais Processos
Códigos voluntários de conduta e de tecnologias ambientalmente adequadas, empresas e órgãos públicos.	Apoio à elaboração e implementação de iniciativas voluntárias que visem à redução de gastos institucionais e impactos ambientais negativos decorrentes das atividades públicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Organização da 5ª edição do prêmio “Melhores Práticas de Sustentabilidade da Administração Pública” visando dar reconhecimento e estimular ações socioambientais nos órgãos e empresas públicas; - apoio à elaboração e implementação dos Planos de Gestão Socioambiental da A3P (instrumentos voluntários para implementação da agenda) e dos Planos de Logística Sustentável – PLS.
Gestão ambiental nos órgãos e entidades públicas.	Disponibilização de informações e apoio técnico à implementação de ações de gestão ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão e elaboração de manuais técnicos visando à implementação de ações socioambientais nos órgãos e empresas públicas; - capacitação de gestores e servidores públicos para implementação da A3P; - criação do Sistema ResSoA de monitoramento e do banco de melhores práticas socioambientais da A3P.
Acompanhamento da Agenda 21 Brasileira e apoio aos processos de	Proposta de ação conjunta da Agenda 21 Brasileira com o Programa Brasil + 20;	- Planejamento integrado para ação conjunta da Agenda 21 Brasileira e Brasil + 20;

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

implantação do PLDS e PNRs.	Análise da atualização feita no sistema das Agendas 21 Locais.	- sistematização das informações registradas no Sistema atualizado.
Participação e Acompanhamento dos Conselhos e Comissões Nacionais onde o DCRS tem acento.	Fortalecimento da gestão e do planejamento socioambiental junto aos Colegiados e Conselhos.	<ul style="list-style-type: none"> - Integração nos Conselhos e Comissões nacionais que tenham representantes do MMA: Mulheres, juventude, direitos humanos, igualdade racial e fórum interconselhos. - participação na busca ativa do programa Bolsa Verde na região Norte; - participação nas conferências nacionais de igualdade racial e nacional da cultura, projeto Rondon; - inclusão da variável ambiental nas políticas públicas; - atuação junto aos demais ministérios para inclusão da Agenda ambiental em suas políticas.

Departamento de Educação Ambiental		
Macroprocessos Finalísticos	Principais Serviços	Principais Processos
Formação e capacitação de educadores ambientais.	Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção e realização de eventos técnicos; - promoção de estudos técnicos; - realização de cursos a distância; - realização de oficinas de trabalho; - elaboração, editoração e publicação de material de temático.
Arranjos Institucionais.	Apoiar instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio a projetos de EA nos estados e Distrito Federal; - apoio às ações de EA das Secretarias técnicas com as

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

	educação ambiental.	<p>Secretarias de Meio Ambiente dos estados;</p> <p>-promoção e realização de eventos técnicos em parceria com os entes e órgãos governamentais;</p> <p>- promoção e realização de eventos técnicos em parceria com os entes e órgãos governamentais;</p>
--	---------------------	---

Departamento de Produção e Consumo Sustentável		
Macroprocessos Finalísticos	Principais Serviços	Principais Processos
Fomento às compras públicas sustentáveis.	Promover cursos de capacitação para gestores públicos, elaborar estudos atinentes a critérios de sustentabilidade em produtos e serviços adquiridos pela Administração Pública Federal.	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção e realização de eventos técnicos junto com outros ministérios e organismos internacionais; - promoção de estudos técnicos; - realização de oficinas de trabalho; - atuação como Vice-Presidente no Comitê Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública.
Relatórios integrados socioambientais.	Mobilizar um conjunto de atores interessados, em torno de um Grupo de Trabalho, voltado para a elaboração de um guia de recomendações relacionadas à produção de Relatórios Integrados por parte das empresas.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de publicação contendo uma relação de cases de boas práticas; - elaboração de guia de recomendações relacionadas à produção de Relatórios Integrados por parte das empresas.
Finanças sustentáveis.	Trata-se de um esforço de reposicionamento estratégico do Protocolo Verde, entre os instrumentos com viés de mercado, na política ambiental brasileira.	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação da publicação de Resolução do Banco Central (BACEN); - reinstalação do Fórum dos Bancos (privados, públicos) e elaboração de plano de trabalho; - reinstalação do Fórum com os

		representantes das seguradoras no Brasil.
Pactos setoriais pela sustentabilidade.	Criar câmaras setoriais para o desenvolvimento de diretrizes voltadas à incorporação de critérios de eficiência socioambiental na cadeia de valor do setor produtivo.	- Criação das câmaras setoriais e sua respectiva operação.
Economia e meio ambiente.	Realização de estudos concernentes à utilização de instrumentos econômicos como instrumento das políticas ambientais	- Promoção e realização de eventos técnicos; - promoção de estudos técnicos.
Construções sustentáveis.	Promoção da indução do setor da construção civil – incluindo o de infraestrutura, como rodoviária e portuária, entre outras – a adotar práticas que melhorem o desempenho técnico e socioambiental, desde o desenvolvimento do projeto até a construção efetiva, passando por criteriosa seleção de materiais e alternativas menos impactantes ao ambiente, à saúde e ao bem-estar humano.	- Promoção e realização de eventos técnicos; - promoção de estudos técnicos.
Consumo consciente.	Conscientização da população quanto às melhores práticas referentes ao consumo.	- Produção e realização de campanhas.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Obs.: Não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

1.6 Principais Parceiros

Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental		
Depto	Projetos/Iniciativa	Parceiros
A3P	Capacitação de gestores e servidores públicos para implementação da A3P.	Agência Nacional de Águas; Superior Tribunal de Justiça; Câmara dos Deputados; CONPAM – Fortaleza/CE.
	Projeto Esplanada Sustentável.	Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP; Secretaria-Geral da Presidência da

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

		República; MME.
	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.	MP, Casa Civil da Presidência da República, MME, MDIC, MCTI, MF, CGU.
	Coleta Seletiva Solidária.	Secretaria-Geral da Presidência da República.
Agenda 21, CNMA	Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural.	MDIC, MME.
	Fortalecimento da gestão e do planejamento socioambiental junto aos colegiados e conselhos.	MTE, MEC.
Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade	Trabalhos que vêm sendo realizados, tanto da parte do Comitê como da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade.	Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Banco Mundial, Rede ASTA, Grupo LIBRA, PEPSICO, Tribunal de Contas de São Paulo, Wal-Mart, KPMG, Global Transporte Oceânico, Masisa Brasil, Fundação Ford, Movimento Rio Como Vamos, Vale, Dow, Coca-Cola, Tetra Pak, BASF, ABRINQ, UNILEVER, Instituto Consulado da Mulher, ECO21, VirtusBr Partners, Santander, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), ONU Mulheres, Associação Brasileira das Empresas de Vendas Diretas (ABEVD), AVON, BMF & BOVESPA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), The Nature Conservancy (TNC), Tempo de Mulher.

Departamento de Educação Ambiental	
Implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar.	- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural/MMA.
Comissão Intersetorial de EA - CISEA.	Agência Nacional de Águas – ANA; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA; Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio; Sistema Florestal Brasileiro - SFB; Secretarias do MMA.
Órgão Gestor da PNEA.	MEC.
Programa Nacional de Juventude.	Secretaria Nacional de Juventude.
Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental nas Unidades de Conservação - ENCEA.	ICMBio.
Estratégia de Educação Ambiental e Comunicação Social para a Gestão de Resíduos Sólidos - Educare.	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/MMA.
Circuito Tela Verde.	Ministério da Cultura/Secretaria de Audiovisual
Produção e difusão de material de EA	Itaipu Binacional.
Acordos de Cooperação Técnica.	Secretarias de Meio Ambiente dos Estados: Amapá; Amazonas; Mato Grosso; Pará; Rondônia; Bahia.

Departamento de Produção e Consumo Sustentável	
Fomento às compras públicas sustentáveis.	MPOG, MDIC, AGU, TCU, CGU, JARDIM BOTANICO/RJ, PNUMA, CNI, CEBDS, ABNT, INMETRO.
Relatórios integrados socioambientais.	GRI, BOVESPA, CEBDS, ETHOS, ABNT, Conselho Federal de Contabilistas, Ernst Young, Votarantin.
Finanças sustentáveis.	BACEN, FEBRABAN, CVM/SUSEP, BNDES, CNSEG, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do RJ, SINDSEG (RJ/ES), Ministério da Fazenda.
Pactos setoriais pela sustentabilidade.	ABIPLA, SIDUSCON/DF, CREA/DF, ABIQUIM,
Economia e meio ambiente.	PNMA II, PNUMA, SBF, CEPAL.
Construções sustentáveis.	CBIC, CBCS, Ministério das Cidades, PNUMA
Consumo consciente.	ABIPLA, ABRAS, Rede de Mulheres, Coordenação Geral da Juventude SAIC/MMA.

2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

Em 2013, o Ministério iniciou a elaboração de seu Planejamento Estratégico com horizonte temporal de 2014 a 2022. Por meio de um processo participativo, em que os dirigentes e servidores puderam expressar suas ideias, o Ministério definiu os grandes objetivos estratégicos que deve perseguir durante os próximos oito anos. A metodologia escolhida para orientar a formulação e implementação da estratégia foi o *Balanced Scorecard* (BSC).

Nesse contexto, a SAIC/MMA foi inserida no Planejamento Estratégico 2014-2022 do MMA com duas iniciativas, uma do Departamento de Produção e Consumo Sustentável (DPCS) e outra do Departamento de Educação Ambiental (DEA).

O DPCS, responsável pelo incentivo à produção e consumo sustentável, tem por iniciativa estratégica dobrar a quantidade atual de contratações sustentáveis no âmbito da Administração Pública Federal.

O Ministério considera relevante que o Governo assuma o papel de indutor da mudança para um desenvolvimento mais justo, com responsabilidade socioambiental. Entende que cabe a ele o papel de orientar, estimular e fornecer apoio técnico aos demais órgãos e entidades públicas na realização de licitações sustentáveis. Assim, a iniciativa busca utilizar o poder de compra do Estado para promoção da sustentabilidade, conforme orientações expressas na Constituição Federal de 1988, no Decreto nº 7746/2012, de 5 de junho de 2012, e na Instrução Normativa nº 01/2010.

O DEA é responsável pela formação de educadores e implantação do sistema nacional de educação ambiental. A iniciativa estratégica visa ampliar as ações e os processos formativos de Educação Ambiental (EA), continuados, presenciais e à distância, colaborando com a implementação das políticas públicas correlatas à área ambiental. Outro foco da iniciativa é a estruturação do Sistema Nacional de Educação Ambiental - SISNEA.

Além disso, a SAIC foi vinculada a um indicador:

- Estruturação e Gestão de Metodologia e Sistemática de comunicação e diálogo com partes interessadas:
 - **OBJETIVO ESTRATÉGICO:** O MMA deve avaliar e estruturar metodologias para abrir e manter canais institucionais de interlocução, inclusive para a produção de conhecimento, com suas entidades vinculadas, demais órgãos públicos, entidades privadas, academia e sociedade. A instituição deve estruturar sistemáticas ágeis e eficientes de comunicação e diálogo com estas partes interessadas, para garantir o envolvimento dos atores necessários em prol do alcance dos objetivos institucionais.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

A SAIC tem papel fundamental na implementação e difusão do desenvolvimento sustentável. Isso deve ocorrer por meio da utilização de práticas ambientalmente sustentáveis. Essas atividades são voltadas tanto para o setor público como para o setor privado.

Para alcançar os objetivos, a Secretaria tem a gestão das seguintes ações orçamentárias vinculados aos programas:

Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental			
Programa	Ação Orçamentária	Descrição	Plano Orçamentário
2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente.	20W7 - Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais sobre Meio Ambiente.	Elaboração, formatação e divulgação do material das conferências. Produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações e resultados das conferências. Apoiar a realização e a formação de comissões organizadoras, envolvendo, inclusive, os segmentos governamentais e da sociedade, públicos e privados.	0001 - Realização da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente.
			0002 - Apoio à Realização das Conferências Estaduais de Meio Ambiente.
0003 - Apoio à Realização das Conferências Municipais/Regionais de Meio Ambiente.			
0004 - Disseminação de Informação sobre a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA.			
	20W8 - Implementação da Agenda Ambiental na Administração – A3P.	0002 - Implementação da Política Nacional da A3P.	0001 - Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais.
2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental.	20VZ - Articulação à Implementação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento.	Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.	0001 - Apoiar a Formação Continuada em Agenda 21 Local
			0005 - Apoiar as Políticas de Gênero, Juventude, Comunidades Tradicionais, Direitos Humanos e Igualdade Racial em Desenvolvimento Sustentável.
			0006 - Elaboração e Implementação de Agenda 21 Local.

Fonte: SIOP.

Departamento de Educação Ambiental			
Programa	Ação Orçamentária	Objetivo	Plano Orçamentário
2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental.	20VY - Apoio à Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental.	Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.	0001 - Gestão Compartilhada da Educação Ambiental.
			0002 - Formação de Educadores Ambientais.
			0003 - Produção e Difusão de Informação Ambiental de Caráter Educativo.
			0004 - Apoio a ações de formação e capacitação, presenciais e a distância.

Fonte: SIOP.

Departamento de Produção e Consumo Sustentável			
Programa	Ação Orçamentária	Objetivo	Plano Orçamentário
2050 - Mudanças Climáticas.	20M8 - Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).	Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, de acordo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.	0009 - Capacitação em Produção e Consumo Sustentáveis.
			000A - Divulgação de Informação sobre Produção e Consumo Sustentáveis.
			000B - Realização de Campanhas
			000C - Implementação da Política Nacional de Compras e Contratações Públicas Sustentáveis.

Fonte: SIOP.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

A estratégia do Planejamento 2013 dos Departamentos da SAIC baseia-se nos Objetivos e Metas prioritárias estabelecidas no PPA 2012-2015, sob responsabilidade desta Unidade, a serem apresentados a seguir:

QUADRO A.2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo		
Código do Programa	2045	
Título	Licenciamento e Qualidade Ambiental	
Órgão Responsável	Ministério do Meio Ambiente	
Objetivos relacionados ao Programa		
Objetivo	Descrição	Metas
0490	Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.	Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21.
		Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros.
0491	Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.	Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental.
		Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental.
		Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo

Fonte: SIOP.

Identificação do Programa de Governo		
Código do Programa	2050	
Título	Mudanças Climáticas	
Órgão Responsável	Ministério do Meio Ambiente	
Objetivos relacionados ao Programa		
Objetivo	Descrição	Metas
0698	Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e adversidade regional, de acordo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.	Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis.

Fonte: SIOP.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Identificação do Programa de Governo	
Código do Programa	2124
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente.
Órgão Responsável	Ministério do Meio Ambiente.
Objetivos relacionados ao Programa	
Objetivo	Descrição
20W7	Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais sobre Meio Ambiente.
20W8	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.

Fonte: SIOP.

Obs.: o programa 2124 não é finalístico, portanto não possui metas e indicadores.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.					
Código	0491	Órgão	Ministério do Meio Ambiente			
Programa	Licenciamento e Qualidade Ambiental.			Código	2045	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
	Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental .		2.000	394	2.203	111
	Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental.		20.000	20.910	21.990	104
	Promover assistência técnica para a Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública.	Agenda implementada .	80	34	80	100

2.2.3.1 Ações – OFSS

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20VY Tipo: Atividade.						
Título	Apoio à Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental						
Iniciativa	01NK - Desenvolvimento de ações de formação, comunicação e desenvolvimento de capacidades para a formação de educadores ambientais, lideranças comunitárias, jovens e gestores públicos						
Programa	Licenciamento e Qualidade Ambiental Código: 2045 Tipo: Temático.						
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente.						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil Sem Miséria.						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		3.189.074,00		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.189.074,00	665.389,73	494.913,33	494.913,33	407.474,16	0	87.439,17	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Plataforma educacional formulada			Unidade		1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
155.850,22	16.259,28	25.232,57	0		0	0	

Fonte: SIOP.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Identificação da Ação						
Código	20VZ Tipo: Atividade.					
Título	Articulação à Implementação de Políticas.					
Iniciativa	01NF - Apoio à implementação das ações prioritárias dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.					
Objetivo	Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável. Código: 0490					
Programa	Licenciamento e Qualidade Ambiental Código: 2045 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente.					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil Sem Miséria.					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.100.000,00	222.939,14	98.189,09	98.189,09	84.323,69	0	13.865,40
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Política implementada		Unidade	14	14	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
56.321,21	56.321,21	0	0	0	0	

Fonte: SIOF.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Identificação da Ação						
Código	20W7 Tipo: Atividade.					
Título	Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais sobre Meio Ambiente.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente Código: 2124 Tipo: Gestão e Manutenção.					
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente.					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil Sem Miséria.					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		8.200.000,00 Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.200.000,00	6.200.000,00	3.182.107,07	3.182.107,07	2.861.034,58	0	321.072,49
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Conferência realizada		Unidade	1	-	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
591.186,53	407.134,43	184.052,10	0	0	0	

Fonte: SIOP.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Identificação da Ação							
Código	20W8 Tipo: Atividade.						
Título	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente Código: 2124 Tipo: Gestão e Manutenção.						
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente.						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () P AC () Brasil Sem Miséria.						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		700.000,00		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
700.000,00	368.300,14	240.557,14	240.557,14	55.737,70	0	184.819,44	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Agenda implementada			Unidade		20	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0		0	0	

Fonte: SIOP.

Identificação da Ação						
Código	20M8 Tipo: Atividade.					
Título	Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).					
Iniciativa	02MO - Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).					
Programa	Licenciamento e Qualidade Ambiental Código: 2045 Tipo: Temático.					
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente.					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria.					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		1.748.926,00		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.748.926,00	664.084,00	141.333,25	141.333,25	104.849,74	0	60.010,38
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Plano de ação executado			Unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
34.609,37	11.082,50	0	0	0	0	

Fonte: SIOP.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Nesse item serão informadas as principais realizações dos departamentos da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

2.3.1 Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

A3P

Atualização do sítio eletrônico do programa A3P, com o máximo de informações possíveis sobre a Agenda e gestão ambiental, com vistas a facilitar a implementação e subsidiar os interessados no processo.

Organização da 5ª edição do Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade, de forma a incentivar as instituições públicas com boas práticas em sustentabilidade a divulgarem seus projetos, que contou com a inscrição de 88 projetos de sustentabilidade em implementação em todo o Brasil. Esse é o maior número de projetos já inscritos, desde a criação do prêmio, em 2008.

Com a publicação do Decreto nº 7.746/2012, a atuação da A3P foi ampliada por meio do Plano de Logística Sustentável - PLS, criado pela Instrução Normativa nº 10 da SLTI, de 12 de novembro de 2012, que deve ser implementado por toda a Administração Pública Federal. A equipe da A3P participou ativamente da elaboração da referida PLS.

Celebração de 34 novos termos de adesão e inclusão de 105 novas instituições na Rede A3P.

As ações de educação ambiental foram integradas às políticas e programas socioambientais potencializando as interfaces com o conjunto dos ministérios, as demais secretarias do MMA e os órgãos vinculados, e a sociedade civil organizada. Para tanto, foram realizados quatro cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública, sendo três em Brasília e um na cidade de Fortaleza – CE. Participaram dos cursos um total de 168 pessoas, representando 84 instituições públicas federais, estaduais e municipais.

Ainda em relação às ações de educação ambiental, foi elaborada proposta simplificada para a implementação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS pelos órgãos públicos. Com essa nova metodologia, a coleta seletiva solidária será aperfeiçoada e incrementada o que contribuirá para gerar renda para os catadores de materiais recicláveis. Também foram revisados e atualizados todos os materiais informativos da A3P o que facilitará a implementação da Agenda.

No âmbito interno do MMA foi contratado estudo para avaliar e propor ações de para buscar a eficiência energética, bem como ações para o uso e conservação da água a serem executadas no edifício sede do MMA.

Agenda 21

Dada a realização da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, ocorrida em outubro de 2013, optou-se em manter a mobilização dos Fóruns de Agenda 21 Locais. Essa mobilização continuou em decorrência da realização das etapas estaduais e das Conferências Livres. Após a realização destas, optou-se pela finalização dos trabalhos relativos à Conferência, no que diz respeito à consolidação e publicação das Deliberações aprovadas, assim como a finalização da atualização do sistema Agenda 21, de modo que as ações previstas na Meta pudessem transcorrer com o devido suporte e coordenação, via sistema.

CNMA

A 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (4ª CNMA) abordou nesta edição o tema resíduos sólidos e objetivou contribuir para a implementação da Lei 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O processo de conferência se iniciou em janeiro de 2013 com as etapas municipais, estaduais, conferências livres e conferência virtual. A etapa nacional ocorreu em Brasília entre os

dias 24 e 27 de outubro de 2013. Um dos objetivos da Conferência foi qualificar o poder público, setor privado, sociedade civil organizada, cooperativas de catadores e cidadãos em geral no grande esforço nacional para reduzir a geração dos resíduos sólidos, assumirem responsabilidades com a construção de uma sociedade sustentável e lançar um novo olhar sobre os resíduos sólidos, reconhecendo-os como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania.

Deste processo participaram, no âmbito da Comissão Organizadora Nacional, representantes da sociedade civil, incluindo universidades, movimentos sociais, povos indígenas e comunidades tradicionais, representantes dos trabalhadores e organizações não governamentais. Também participaram representantes do segmento empresarial, incluindo cooperativas, setores da indústria, comércio, transportes e serviços financeiros. A participação de representantes do poder público incluiu órgãos e entidades do Governo Federal, poder legislativo, confederação e associações de órgãos e entidades municipais e estaduais, além do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Já nas etapas conferenciais, participaram representantes destes setores, entre outros.

A 4ª CNMA debateu a PNRS a partir dos seguintes eixos temáticos: produção e consumo sustentáveis; redução dos impactos ambientais; geração de trabalho, emprego e renda e educação ambiental. O debate realizado por meio das conferências livres, municipais, estaduais, nacional e virtual gerou o total de 60 ações estratégicas consideradas prioritárias para a implementação da PNRS, sendo 15 por eixo temático.

Comitê interno de Gênero

O Comitê vem atuando na sensibilização e capacitação dos servidores em relação à temática de gênero. Foram realizadas ao longo do segundo semestre de 2013 diversas oficinas de capacitação, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Com o título “Aprendendo a Olhar”, as oficinas objetivaram estimular a reflexão conjunta entre as diferentes áreas do Ministério a respeito da incorporação da perspectiva de gênero nas ações desenvolvidas, favorecendo o reordenamento da programação institucional em direção à transversalização de gênero no conjunto das políticas ambientais. Realizadas entre 27 de setembro e 29 de novembro de 2013, contou com a parceria da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Foram capacitadas 15 pessoas, entre servidores do MMA, IBAMA, ICMBio, SFB, ANA. Não houve gastos orçamentários.

O Comitê também aproveita as comemorações do Dia Internacional da Mulher para realizar eventos de sensibilização em relação ao tema, sempre em torno de alguma problemática que afete as mulheres. Em 8 de março de 2013 foi realizado um Diálogo entre mulheres de destaque na atuação ambiental sobre as Conferências Mundiais de Meio Ambiente e a agenda de gênero. O evento foi realizado no Auditório do Ibama e contou com a presença de mais de 150 servidores, do MMA e de suas Vinculadas. Não houve gastos orçamentários.

O Comitê Interno de Gênero também realizou uma Conferência Livre de Meio Ambiente para discutir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) sob a perspectiva de gênero. Ela ocorreu no dia 05 de setembro, no Auditório da 505 Norte. O principal público do evento foram catadoras de material reciclável vindas de três regiões do Distrito Federal - Cidade Estrutural, Ceilândia e Samambaia. Cerca de 60 mulheres reuniram-se para propor ações envolvendo produção e consumo sustentáveis, redução dos impactos ambientais, geração de trabalho, emprego e renda e educação ambiental.

Rede Brasileira de Mulheres Líderes pela Sustentabilidade

Semestralmente ocorre um grande encontro presencial da Rede, reunindo uma média de 150 pessoas. Organizados pela Secretaria-Executiva, são momentos de inspiração, troca de experiências e engajamento das mulheres participantes, servindo também para atrair novas participantes à Rede. Em 2013 ocorreu um Encontro no dia 29 de abril, em Brasília, com o tema “Sustentar ideais – os desafios da ação em rede e da comunicação”, e outro Encontro em 12 de novembro, no Rio de Janeiro, com o tema “Organização do tempo e os desafios da liderança para as mulheres do Brasil”. Participaram de cada um deles cerca de 150 pessoas, entre representantes do Governo, de empresas e da sociedade civil organizada. A grande maioria do público é mulher.

2.3.2 Departamento de Educação Ambiental

O Departamento de Educação Ambiental (DEA) está promovendo ações e práticas formativas e mobilizadoras voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões socioambientais, orientadas para a organização e a participação dos cidadãos na defesa da qualidade de vida e do meio ambiente. Foram realizadas e apoiadas tanto em sua preparação quanto na execução duas conferências nacionais: 4º Conferência Nacional de Meio Ambiente e IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

O Projeto Salas Verdes, por meio de edital, selecionou 133 novas salas em todo o País. Está em andamento o processo de seleção dos vídeos socioambientais para a 5ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente do Circuito Tela Verde, em parceria com o Ministério da Cultura.

O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) incentiva ações educativas para o enfrentamento da problemática socioambiental rural com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais. Foi lançado o Edital intitulado "Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar e Implementação de Projetos Comunitários de Educação Ambiental no Território Nacional", priorizando a formação de mulheres e agentes jovens, foram selecionados 19 projetos. Além disso, foram realizadas cinco oficinas estaduais, uma municipal e uma territorial. Também estão em fase de finalização dois cursos de EaD: Formação de Educadores Ambientais e Agentes Populares de EA na Agricultura Familiar. Outra importante ação de formação relativo a esse programa é a realização de oficinas estaduais e territoriais, as quais tiveram sua

metodologia elaborada e fases preparatórias realizadas nesse semestre. Para tanto foram desenvolvidos os textos para duas publicações, em fase de análise pelo Comitê Interno de publicação: "Caderno Metodológico" e "Caderno Conceitual das Oficinas Estaduais do PEAAF". Foram contratadas duas consultorias para o desenvolvimento metodológico das oficinas em seis estados (Amazonas, Acre, Tocantins, Mato Grosso, Pará e Bahia), um território (Alto Paraopeba/MG) e um município (São José dos Campos/SP), com o apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. A equipe organizou o material técnico publicado na edição número 13 do Coleciona – Fichário do Educador Ambiental – Edição Especial Agricultura Familiar. A equipe PEAAF também apresentou o Programa e o Livro Boas Práticas em Educação Ambiental e Agricultura Familiar, resultado de um edital de seleção pública, no Congresso Internacional de Educação Ambiental, em Marrakesh.

No âmbito do Programa Latino Americano de Capacitação e Educação Ambiental (PLACEA), foram realizadas, junto com a Rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe e coordenação do PNUMA, reuniões com a finalidade de definir um plano de trabalho para implementação da Decisão nº 2 de educação Ambiental encaminhada durante o Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, realizado em 3 de fevereiro de 2012, em Quito - Equador. Essa decisão contém seis eixos sobre Educação Ambiental.

Foi realizada também uma web conferência do Comitê Assessor do Órgão Gestor, da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental - CISEA e da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEAs.

Além disso, se prestou apoio na preparação da 4º CNMA e da IV CNIJMA em todas as etapas estaduais e em todas as capitais e distrito federal, totalizando até o momento 27 OEMAS, 01 Secretaria Estadual de Educação e mais 30 instituições do Estado de Paraíba. Outras ações importantes desse semestre para o avanço dessa meta foram a elaboração da estratégia de educação ambiental e comunicação social na gestão de resíduos sólidos, o lançamento do livro "Educação Ambiental & Mudanças Climáticas", a realização de uma Sala Verde especial alusiva à Semana Nacional do Meio Ambiente e o Dia Nacional da Educação Ambiental; a elaboração do terceiro volume da série Encontros e Caminhos em parceria com a Itaipu Binacional e a reunião da Rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe no âmbito do PLACEA. Foram formados no ano de 2013, no primeiro semestre, 697 educadores ambientais por meio das seguintes ações:

- i) painel de debates sobre EA em parceria com a Universidade de Brasília - UnB na Semana Nacional de Meio Ambiente com 45 participantes;
- ii) realização de uma Sala Verde especial alusiva à Semana Nacional do Meio Ambiente e o Dia Nacional da Educação Ambiental, com 38 participantes dos debates sobre EA;
- iii) web conferência do Comitê Assessor do Órgão Gestor, CISEA e CIEAs;

- iv) curso de EAD preparatório para a 4º CNMA com 3.204 inscritos, sendo que concluíram o curso, com aproveitamento satisfatório, 569 alunos e
- v) formação da IV CNIJMA. Uma iniciativa que está em fase de consolidação é a implementação da nova plataforma Moodle de EaD.

2.3.3 Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis

Com apenas dois anos de implementação, o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) foi beneficiado em 2013 pelas ações do planejamento estratégico da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP). Instituída pelo Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, esse instrumento estabeleceu as ações que cada Ministério deverá realizar para que sejam alcançados os níveis de compras públicas sustentáveis capazes de estimular processos produtivos considerados sustentáveis. Além disso, foi elaborado o Plano de Logística Sustentável do MMA, importante instrumento de planejamento que permite o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Importante ressaltar que as ações executadas no âmbito do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) são realizadas de forma descentralizada pelos vários órgãos do Governo Federal, organizações não governamentais e da própria iniciativa privada. Nesse sentido, cabe destacar como o principal resultado do PPCS o aumento das compras públicas sustentáveis. De acordo com dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em 2012 houve um aumento de 10,77% no número de certames sustentáveis e de quase 200% em termos de valores monetários. Os dados referentes ao ano de 2013 ainda não estão disponíveis. Importa registrar que o bom desempenho em compras sustentáveis do Governo deveu-se em parte a um grande esforço de capacitação realizado pelo Ministério, em parceria com o MPOG, envolvendo os gestores públicos responsáveis por compras dos Ministérios.

A implementação do PPCS passou a contar, em 2013, com o apoio do Grupo de Trabalho Intersetorial sobre Produção e Consumo Sustentáveis (GT PCS), uma ação conjunta, Confederação Nacional da Indústria e Ministério do Meio Ambiente, com vistas a criar, de forma incremental, as bases para a construção de padrões de produção e consumo sustentáveis, por meio do diálogo entre o setor produtivo e o setor público. Compõem o GT PCS as Associações Setoriais Industriais, Federações de Indústria e Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e MMA. Foram realizadas duas oficinas de trabalho e elaborado um documento preliminar, em discussão.

A política de produção e consumo sustentável contou mais uma vez com o apoio do Projeto Compras Públicas Sustentáveis e Rotulagem Ambiental - SPPEL, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, no âmbito de uma rede de 15 países. Foi realizado um Seminário internacional sobre compras públicas sustentáveis, que contou com especialistas convidados pelo PNUMA.

Foram realizados, ainda, dois importantes eventos que permitiram aprofundar o debate ligado à produção e ao consumo sustentáveis. O primeiro refere-se à “Semana do

Meio Ambiente - Vida Plena e Digna para Todos: o Desafio da Produção e Consumo Sustentáveis”, que buscou, por meio da realização de ciclo de debates contando com 4 painéis e 7 oficinas, discutir e dar sentido prático aos compromissos assumidos durante a Rio +20, e o Seminário "Instrumentos Econômicos nas Políticas Ambientais", a fim de conhecer e estimular a troca de experiências na aplicação de diferentes instrumentos econômicos por Municípios, Estados e Governo Federal.

Na área de promoção do consumo consciente e responsável, foi instituído o Grupo de Trabalho de Sacolas Plásticas pela Portaria MMA nº. 404, de 12 de dezembro de 2012, cujos trabalhos foram concluídos ainda em 2013. A criação do GT decorreu da discussão nacional acerca do tema, bem como da perspectiva de não cumprimento do Pacto Setorial ABRAS-MMA assinado no âmbito do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), no qual se prevê a redução mínima de 40% no consumo deste item até 2015 em todo o País.

No âmbito dos preparativos para a Copa do Mundo FIFA 2014, foi consolidado e aprovado, em 2013, o Plano Operacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade com sete linhas de atuação em processo de implementação, desde 2010. São elas: Arenas Sustentáveis, construídas sob padrões internacionais de sustentabilidade, certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*); Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa do conjunto das iniciativas envolvendo o evento esportivo de 2014; Consumo de Produtos Orgânicos Sustentáveis durante as atividades esportivas; Parques da Copa, estruturados especialmente para servir de roteiros turísticos nas 12 cidades-sedes, com vistas a promover a megabiodiversidade do País, apreciada e reconhecida em todo o mundo; Gestão de Resíduos Sólidos com Inclusão Social, cuja finalidade é organizar a coleta seletiva do evento, com apoio de cooperativas de catadores, providos de equipamentos, capacitação e roteiros logísticos especialmente concebidos para o evento; Passaporte Verde, iniciativa promovida com o apoio do Programa de Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (PNUMA), instrumento digital de promoção de roteiros sobre todos os eventos e negócios verdes disponibilizados aos turistas nas 12 cidades-sedes; Compras Públicas Sustentáveis direcionadas à aquisição de suprimentos considerados sustentáveis para a realização do evento, por parte das administrações federal, estaduais e municipais.

3 Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado em nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica: UJ não expediu normas e procedimentos internos específicos formalizados para atividades de controle interno. Utilizam-se as normas federais existentes (LRF, Código de Ética dos Servidores Públicos, LDO, LOA, Lei de licitações e contratos), bem como os procedimentos delineados pela SECEX/MMA e Gabinete da Ministra.					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.4 Sistema de Correição

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.

Obs.: Não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADROA.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	443044	440077	4420518544202620WI			2.000.000,00

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADROA.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: *									
CNPJ: *					UG/GESTÃO: *				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

OBS.: * NÃO SE APLICA

<p>Modalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso 	<p>Situação da Transferência:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado
--	---

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADROA.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	*					
CNPJ:	*					
UG/GESTÃO:	*					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrado sem Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	*	*	*	*	*	*
Contrato de Repasse	*	*	*	*	*	*
Termo de Cooperação	*	*	*	*	*	*
Termo de Compromisso	*	*	*	*	*	*
Totais	*	*	*	*	*	*
OBS.: * NÃO SE APLICA						

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

**QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS
CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E
DE CONTRATOS DE REPASSE.**

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	344,254,00	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4	0	0
		Montante Repassado	849.999,97	0	0

Fonte: SIAFI.

**4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e
de Contratos de Repasse**

**QUADROA.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE
CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE.**

Posição 31/12

Em R\$1,00

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	0	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
Montante Repassado (R\$)			0	0	
2012	Quantidade de contas prestadas			0	0
	Contas Analisadas	0	0	0	
		0	0	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
		Montante repassado	0	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante repassado (R\$)	0	0	
2011	Quantidade de Contas Prestadas			2	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
		Montante Repassado	0	0	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0

4.5 Suprimento de Fundos

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não Há	57	3	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não Há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não Há	57	3	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não Há	53	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não Há	1	1	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não Há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não Há	3	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	Não Há	9	-	1
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não Há	5	-	2
3. Total de Servidores (1+2+3)	Não Há	71	3	4

Fonte: DataWare House - SIAPENET.

Esclarecimentos:

Os nomeados apenas para cargo em comissão/Sem Vínculo não foram computados neste Quadro.

Item 1.2.1 : Somatório dos Ativos e cedidos (inclusive os que ocuparem cargo em comissão ou função).

Item 1.2.2: Somatório somente da Situação Exercício Descentralizado (inclusive os que ocuparem cargo em comissão).

Item 1.2.4: Somatório da situação requisitado e requisitado de outros órgão(inclusive os que ocuparem cargo em comissão).

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	6
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Lei nº 9.020/95; Lei nº 11.356/06)	4
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	6

Fonte: DataWare House - SIAPENET.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1– Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

(Situação apurada em 31/12)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	11	2	3
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	11	2	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	3	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	2	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	3	-	1
1.2.4. Sem vínculo	-	5	-	2
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	11	2	3

Fonte: DataWare House - SIAPENET.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	19	23	10	7	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	18	22	6	4	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	1	4	3	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	4	5	2	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	4	5	2	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	19	27	15	9	1

Fonte: DataWare House - SIAPENET.

Esclarecimentos:

Nos Itens 2. estão contabilizadas todas as situações em que o servidor ocupe cargo em comissão

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	12	48			
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-			
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	12	39			
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	9			
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	1	2	8			
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-			
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	2	8			
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-			
3. Totais (1+2)	-	-	-	1	14	56	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DataWare House - SIAPENET.

Esclarecimentos:

Nos Itens 2. estão contabilizadas todas as situações em que o servidor ocupe cargo em comissão

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	1.893.790,89	12.399,75	280.854,40	126.502,48	234.290,97	76.887,90	1.368.245,27	-	-	3.992.971,66
	2012	1.976.758,62	30.660,07	266.939,96	74.851,35	226.812,26	68.249,94	1.251.992,99	46.266,31	-	3.942.531,50
	2011	1.790.091,95	13.413,81	220.219,12	80.920,58	210.449,57	112.724,88	1.171.349,67	-	2.342,83	3.601.512,41
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	692.330,00	63.158,33	10.939,98	6.710,00	3.253,28	11.988,89	-	-	788.380,48
	2012	-	678.658,33	55.550,00	26.093,28	30.324,00	5.355,00	9.191,67	-	-	805.172,28
	2011	-	739.200,00	18.634,63	15.026,64	38.066,60	2.989,13	115.257,79	-	-	929.174,79
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	201.912,76	-	31.223,82	20.235,47	17.738,00	2.070,45	152.266,04	-	-	425.446,54
	2012	134.758,41	-	19.631,59	3.969,46	10.944,00	3.846,00	97.734,00	-	-	270.883,46
	2011	105.051,57	-	18.634,63	6.076,96	9.918,30	3.387,00	77.221,00	-	-	220.289,46
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	144.209,64	884.478,37	101.740,71	40.696,28	39.598,00	13.257,44	136.344,50	4.464,54	-	1.364.789,48
	2012	61.594,27	825.248,78	81.413,90	21.707,29	28.797,09	8.717,00	54.756,87	-	-	1.082.235,20
	2011	69.600,54	829.376,63	91.749,25	26.027,64	29.225,44	12.132,82	74.754,14	-	-	1.132.866,46
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013									-	-
	2012									-	-
	2011									-	-

Fonte: Data Ware House
.SIAPENet.

5.1.5 Cadastro no Sisac

5.1.5.1. Atos sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1. ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

UJ – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	21	1*	21
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão alimentar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	0	21	1	21

- *1 ato de 2012 cadastrado em 2013.

5.1.5.2 Atos sujeitos à comunicação ao TCU:

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

UJ – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	2	2	2	4*
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	2	2	2	4

- * 2 atos de 2011 cadastrados em 2012.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI).

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Na realização da 4ª CNMA, foram adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de muitos dos materiais. Além disso, a A3P também adquiriu o kit da A3P com vários critérios de sustentabilidade.

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Em cumprimento ao disposto no Decreto n° 5.940/2006, o MMA implanta a Coleta Seletiva Solidária por meio do Termo de Compromisso com a COORTRAP. Nesse processo, são destinados papel, papelão, plástico em geral, cartuchos e toners para a referida cooperativa. O MMA realiza o acompanhamento e pesagem dos resíduos que são destinados. Essa ação é implementada e monitorada pela Comissão do Programa A3P instituída pela Portaria MMA n° 217, de 30 de julho de 2008. Os materiais coletados são depositados em contêineres localizados na garagem do prédio do Bloco B da Esplanada dos Ministérios e também no edifício da 505 Norte. São utilizados contêineres azuis para o papel, e vermelho para o plástico. Para realizar a Coleta Seletiva Solidária, o MMA utiliza coletores distintos para papel a ser reutilizado, papel para reciclagem, plásticos em geral e resíduos não recicláveis. São destinados aos coletores de reutilização os papéis A4 impressos em um único lado a serem usados para confecção de blocos de rascunho. Essa ação ainda é necessária tendo em vista que ainda há no MMA um grande número de impressoras não configuradas para o padrão de impressão frente e verso. Para auxiliar os servidores, além das campanhas, foram produzidos banners, adesivos e cartazes com orientações sobre como descartar corretamente os resíduos. O MMA também implanta a logística reversa de lâmpadas fluorescentes por meio de contrato com a empresa responsável pela manutenção elétrica do prédio.

Para aperfeiçoar esse processo, encontra-se em elaboração o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que deverá ser implementado a partir de 2014.

8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água

O Ministério do Meio Ambiente é o órgão que coordena o programa A3P, bem como faz parte da coordenação do Programa Esplanada Sustentável – PES e da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Em 2013, atendendo ao disposto na Instrução Normativa n° 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o MMA foi o primeiro órgão a elaborar o Plano de Logística Sustentável – PLS. Trata-se de uma ferramenta de planejamento que visa estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos institucionais e processos administrativos. Para elaborar o plano, o MMA criou uma Comissão Gestora do MMA – CPLS. O objetivo principal do PLS é estabelecer diretrizes e um conjunto de projetos para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística do MMA, visando reduzir impactos socioambientais negativos. O Plano conta com

projetos, iniciativas e metas, de curto e médio prazos, a serem implementados até dezembro de 2015.

Foi elaborado o inventário de bens e materiais, realizado o diagnóstico de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços implementados e materiais de consumo sustentáveis do MMA.

Em relação à energia elétrica, nos marcos da adesão do MMA ao PES, foram definidas três ações voltadas para a redução do consumo de energia elétrica: reforma dos quadros elétricos de distribuição; programa de educação e conscientização dos servidores e prestadores de serviço do Ministério no que diz respeito à melhor utilização da energia elétrica e substituição das luminárias existentes por luminárias de maior eficiência, na ocasião em que for realizada a reforma dos andares. Para auxiliar no processo de eficiência energética já iniciado, o MMA adota práticas sugeridas na cartilha do Procel e, no momento, encontra-se em processo de contratação laboratório para realizar a etiquetagem de eficiência energética do Bloco B.

Para reduzir o consumo de água foram instaladas torneiras com válvulas redutoras de pressão e temporizadores. Também foi prevista a substituição, em sua totalidade, dos vasos sanitários. O MMA também possui instalado mecanismo para reaproveitamento da água da chuva. No âmbito do PES, foram definidas como ações para redução do consumo de água: instalação de vasos com caixa acoplada; troca de torneiras por torneira temporizada; manutenção preventiva para evitar vazamentos.

O MMA já adota várias práticas de sustentabilidade para promover o uso racional e redução do consumo de papel. Muitas das ações já vêm sendo implementadas há alguns anos e outras foram incluídas no âmbito do PES como a configuração de impressoras no modo frente e verso e controle de impressões por meio do *outsourcing*, reuso de um dos lados em branco não utilizados em impressões para confecção de blocos de papel.

9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU;

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG:
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental					92934
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	017.517/2010-9 - TCU – Plenário	1752/2011	9.4.1	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG:
Ministério do Meio Ambiente - MMA					001927
Descrição da Deliberação					
Ampliação da divulgação do programa Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Agenda Ambiental da Administração Pública					-
Síntese da Providência Adotada					
<p>Foram realizados quatro cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública, sendo três em Brasília e um na cidade de Fortaleza – CE. Foi elaborada proposta simplificada para a implementação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS pelos órgãos públicos. Com essa nova metodologia, a coleta seletiva solidária será aperfeiçoada e incrementada. Também foram revisados e atualizados todos os materiais informativos da A3P, o que facilitará a implementação da Agenda.</p> <p>Foi organizada a 5ª edição do prêmio “Melhores Práticas da A3P”, com recebimento de inscrições e para análise dos projetos inscritos. As demais etapas acontecerão, agora, em 2014.</p> <p>Foram ministradas palestras em órgãos da Administração Pública.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>Participaram dos cursos um total de 168 pessoas, representando 84 instituições públicas federais, estaduais e municipais. Foram assinados 34 novos termos de adesão e a inclusão de 105 novas instituições na Rede A3P.</p> <p>O prêmio “Melhores Práticas da A3P”P recebeu a inscrição de 88 projetos de sustentabilidade em implementação em todo o Brasil.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Como pontos positivos podem ser citadas a motivação e o preparo da equipe de trabalho com os objetivos traçados; o interesse e procura por informações por parte dos órgãos da administração.

Já como pontos negativos estão o corte orçamentário e diminuição da equipe de trabalho que prejudicou a execução das atividades previstas no planejamento anual, que previa um número maior de ações.

**QUADRO A.9.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM
PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG:
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental					92934
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	017.517/2010-9 - TCU – Plenário	1752/2011	9.4.3	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG:
Ministério do Meio Ambiente - MMA					001927
Descrição da Deliberação					
Disponibilizar na internet a relação organizada de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, contendo indicadores de consumo de água, energia e papel <i>per capita</i> , com a apresentação detalhada de casos de sucesso na implementação de medidas que geraram economias no uso racional de recursos e a publicação de parâmetros de consumo de energia, água e papel <i>per capita</i> , específico por natureza de edificação pública federal.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG:
Agenda Ambiental da Administração Pública.					92934
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Concluiu-se que, para atendimento da recomendação, seria necessário o desenvolvimento de um sistema armazenamento de dados na internet responsável por manter os dados referentes ao monitoramento do consumo de órgãos da Administração Pública, bem como exemplos de projetos bem sucedidos na inserção da responsabilidade socioambiental na gestão pública.					
A empresa responsável pelo desenvolvimento da solução tecnológica foi contratada pelo MMA e foi dado início ao projeto. Entretanto, devido ao tamanho do sistema e de percalços na execução do contrato, o sistema ainda não foi concluído.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os principais fatores negativos para o desenvolvimento do sistema foram os atrasos na execução do contrato, que foram gerados pela baixa qualidade do serviço prestado pela empresa contratada. A contratação foi efetuada por licitação e, como é comum, o menor valor não foi oferecido pela melhor empresa disponível. Providências estão sendo tomadas com o intuito de concluir o contrato sem gerar danos ao erário.					

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC).

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	4	15
	Entregaram a DBR	2	4	15
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA.

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A respeito do cumprimento das obrigações estabelecidas no art. 1º da Lei nº 8.730/1993, e de acordo com o disposto no art. 14 da Instrução Normativa TCU nº 67, de 06 de julho 2011, informa-se que a Coordenação-Geral de Pessoas é a unidade responsável pelo recebimento e controle das documentações referentes às declarações de bens e rendas dos servidores alcançados pela referida norma.

O controle é realizado por meio de planilha eletrônica, não tendo, portanto, um sistema informatizado para esse gerenciamento. A guarda da documentação é responsabilidade da Divisão de Cadastro e Lotação de Pessoal, que registra sua entrega e arquiva em suas dependências.

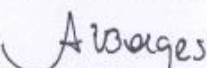
A notificação da entrega do formulário de "Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física" ou do formulário de "Declaração de Bens e Rendas" é feita no ato da posse do servidor efetivo, dos servidores requisitados, dos servidores temporários e aos admitidos com cargo em comissão.

Quando há a opção de entrega do formulário de "Declaração de Bens e Rendas", o controle de entrega é feito anualmente informando por memorando o período que deverá ser entregue este formulário, devidamente preenchido.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, Antoniela Dê Vicente Borges, CPF nº 607.030.401-20, Chefe de Gabinete, exercido na Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, 05 de março de 2014.</p> <p style="text-align: center;"> Antoniela Dê Vicente Borges 607.030.401-20</p> <p style="text-align: center;">Chefe de Gabinete/ Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental</p>
--

10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

Os canais de acesso do cidadão ao órgão para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc é feito por meio do link <http://www.mma.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao>, ou se dirigindo ao seguinte endereço:

1. Localização

SEPN 505 Norte, Bloco "B", Edifício Marie Prendi Cruz, Térreo
Brasília - DF
CEP 70730-542

2. Horário de funcionamento

De segunda à sexta-feira, de 8h as 18h

3. Telefone

(61) 2028-2228 / 2028-2483 / 2028-2199

4. E-mail

sic@mma.gov.br

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Obs.: não há informações a prestar no exercício em referência, visto que este item não se aplica à realidade da UJ.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.

11.2.2 Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Secretaria de Articulação institucional e Cidadania Ambiental		440044/440049/ 440050/440077	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>UG: 440044 - Projeto Nacional de Meio Ambiente II – PNMA II a) CONVÊNIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA - Restrição 657</p> <p>UG: 440049 – Amazonia Sustentável Gestao e Administração Prog. Região Norte a) CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA – Restrição 657</p> <p>UG: 440050 - Amazonia Sustentável Gestao e Administração Prog. Região Norte a) FALTA/RESTRICAO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTAO – Restrição 315</p> <p>UG: 440077 – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC a) FALTA/RESTRICÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO - Restrição 315 b) ACORDO COOPERAÇÃO TÉCNICA A APROVAR - DATA EXPIRADA - Restrição 669</p> <p>Ressalta-se que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Foram encaminhadas diligências às unidades ressaltando a necessidade de regularização das pendências apresentadas.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRÁSILIA - DF	Data	31/01/2014
Contador Responsável	 JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-O

**PARTE B DO ANEXO II DA DN 127/2013– CONTEÚDO
ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU
GRUPO DE UNIDADES AFINS.**

27 PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.

27.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”

27.1.1 Consultor (a) Zaira Anislen Ferreira Moutinho

Quadro B.15.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais					Valores em R\$ 1,00
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Capacitação e Formação de Gestores e Educadores Ambientais no Âmbito da Agricultura Familiar e das Comunidades Tradicionais, visando ao Desenvolvimento Rural Sustentável.				BRA/IICA/99/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 113110 / 2013					
Objetivo da Consultoria: subsidiar o DEA/SAIC/MMA na elaboração, implementação, registro e avaliação dos processos participativos de construção de planos e estratégias gestoras de ações de educação ambiental para a agricultura familiar, consolidando um Plano Político Pedagógico e agenda do PEAAF, no contexto de dois (02) Estados eleitos entre as regiões Norte e Nordeste e respectivos territórios rurais, incluindo populações de Unidades de Conservação e seu entorno.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/04/2013	15/01/2014	R\$ 90.424,00	R\$ 67.818,00	R\$ 45.212,00	R\$ 45.212,00
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: documento de consolidação do Plano Político Pedagógico do estado da Bahia. Processo de construção iniciado em dezembro de 2012.				30/11/2013	R\$ 22.606,00
Produto 2: documento de consolidação do Plano Político Pedagógico do estado do Pará. Processo de construção iniciado em novembro de 2013.				05/12/2013	R\$ 22.606,00
Produto 3: documento de consolidação do Plano Político Pedagógico do município de São José dos Campos/SP. Processo iniciado em dezembro de 2013.				05/12/2013	R\$ 22.606,00
Produto 4: documento de consolidação do Plano Político Pedagógico do Território de Alto Paraopeba/MG. Processo iniciado em novembro de 2013.				15/01/2014	R\$ 22.606,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Zaira Anislen Ferreira Moutinho				CPF: 060.615.776-05	

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: quatro produtos entregues, dois pagos no exercício de 2013, contrato em execução.

27.1.2 Consultor (a): Fani Mamede

Quadro B.15.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais		Valores em R\$ 1,00			
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura			IICA		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Capacitação e Formação de Gestores e Educadores Ambientais no Âmbito da Agricultura Familiar e das Comunidades Tradicionais, visando ao Desenvolvimento Rural Sustentável.			BRA/IICA/99/005		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 113205 / 2013					
Objetivo da Consultoria: subsidiar o DEA/SAIC/MMA na elaboração, implementação, registro e avaliação dos processos participativos de construção de planos e estratégias gestoras de ações de educação ambiental para a agricultura familiar, consolidando um Plano Político Pedagógico e agenda do PEAAF, no contexto de quatro (04) Estados, eleitos entre as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste ou Sul. Subsidiar o DEA/SAIC/MMA na elaboração, implementação, registro e avaliação dos processos participativos de construção de planos e estratégias gestoras de ações de educação ambiental para a agricultura familiar, consolidando um Plano Político Pedagógico e agenda do PEAAF, no contexto de quatro (04) Estados, eleitos entre as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste ou Sul.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/08/2013	01/02/2014	R\$ 90.424,00	R\$ 90.424,00	R\$ 90.424,00	R\$ 90.424,00
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento de consolidação do Plano Político Pedagógico e Agenda do PEAAF no Estado do Acre, abordando aspectos descritivos e analíticos do processo de elaboração da proposta e contendo as estratégias e encaminhamentos sobre o envolvimento de instituições governamentais e não governamentais com atuação estadual; a gestão democrática; o desenvolvimento de processos educativos presenciais e a distância; a educação; a pesquisa-ação participante e principais temas geradores para o trabalho com educação ambiental neste estado.			02/10/2013	R\$ 22.606,00	
Produto 2 – Documento de Consolidação do Plano Político Pedagógico e Agenda do PEAAF no segundo estado iniciado, abordando aspectos descritivos e analíticos do processo de elaboração da proposta e contendo as estratégias e encaminhamentos sobre o envolvimento de instituições governamentais e não governamentais com atuação estadual; a gestão democrática; o desenvolvimento de processos educativos presenciais e a distância; a educação; a pesquisa-ação participante e principais temas geradores para trabalho com educação ambiental neste estado.			02/11/2013	R\$ 22.606,00	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Produto 3 - PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO E AGENDA DO PEA AF NO ESTADO DO TOCANTINS, PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO INICIADO EM 8 E 9/10/2013	02/12/2013	R\$ 22.606,00
Produto 4 - I. PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO E AGENDA DO PEA AF NO ESTADO DO MATO GROSSO, PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO INICIADO DE 21 A 23/11/2013 II. REUNIÃO DA COMEEA DO ESTADO DO ACRE III. REUNIÃO DA CIEA DO ESTADO DO AMAZONAS IV. REUNIÃO DA CIEA DO ESTADO DO MATO GROSSO V. CONTRIBUIÇÕES PARA A CONTINUIDADE DO PROCESSO E SUGESTÕES DE PERFEIÇOAMENTO	02/01/2014	R\$ 22.606,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Fani Mamede	CPF: 097.911.081-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: quatro produtos entregues e pagos no exercício de 2013, contrato finalizado.		

27.1.3 Consultor (a): Cristiano Cunha Pereira

Quadro B.15.1 - Consultores Contratados na Modalidade "Produto" no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais		Valores em R\$ 1,00			
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Capacitação e Formação de Gestores e Educadores Ambientais no Âmbito da Agricultura Familiar e das Comunidades Tradicionais, visando ao Desenvolvimento Rural Sustentável.				BRA/IICA/99/005	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 113089 / 2013					
Objetivo da Consultoria: subsidiar o DEA/SAIC/MMA na elaboração, implementação, registro e avaliação de estudos e estratégias para fortalecimento de ações de educação ambiental em escolas de comunidades e assentamentos rurais e comunidades tradicionais no âmbito da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/04/2013	22/02/2014	R\$ 70.463,00	R\$ 70.463,00	R\$ 33.988,45	R\$ 33.988,45
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Produto 1: estratégia de atuação junto as instituições governamentais que tenham interface com as escolas do campo, quilombolas e indígenas, e da sociedade civil para a implementação de ações de formação em Educação Ambiental - EA no âmbito da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.	03/06/2013	R\$ 15.055,77
Produto 2: documento analítico contendo o processo para potencializar e consolidar o estabelecimento de parcerias com as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente - SEMAs, Comissões Interestaduais de Educação Ambiental - CIEAs, Comissões Organizadoras Estaduais - COEs, entidades da sociedade civil e organizações governamentais que tenham interface com as escolas do campo, quilombolas e indígenas, para a implementação de ações de formação em Educação Ambiental no âmbito da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.	18/08/2013	R\$ 18.932,68
Produto 3: documento descritivo e analítico contendo monitoramento das ações junto às Comissões Organizadoras Estaduais na implementação de ações de formação em Educação Ambiental – EA no âmbito da IV CNIJMA.	09/12/2013	R\$ 22.342,48
Produto 4: documento técnico, no formato de relatório analítico-descriutivo, contendo avaliação das propostas de intervenção apresentadas pelas escolas do campo, quilombolas e indígenas, e cadastradas no banco de dados da IV CNIJMA, que resultaram do processo de realização das Conferências nas escolas, e sua articulação com as políticas públicas desenvolvidas pelo MMA e o MEC.	03/02/2014	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Cristiano Cunha Pereira	CPF: 018.737.641-70	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: quatro produtos entregues, dois pagos no exercício de 2013, contrato em execução.		

27.1.4 Consultor (a): BENNER Tecnologia e Sistemas de Saúde LTDA

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Capacitação e Formação de Gestores e Educadores Ambientais no Âmbito da Agricultura Familiar e das Comunidades Tradicionais, visando ao Desenvolvimento Rural Sustentável.	BRA/IICA/99/005
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 212020 / 2012	
Objetivo da Consultoria: desenvolvimento, customização, implantação e hospedagem do Ambiente Virtual de Aprendizagem <i>moodle</i> e uma capacitação para transferir conceitos, metodologia e tecnologia EAD para os servidores do Ministério do Meio Ambiente e vinculadas.	
Período de Vigência	Remuneração

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/11/2012	10/03/2014	R\$ 616.302,63	R\$ 616.302,63	R\$ 92.445,39	R\$ 92.445,39
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
<p>Produto 1: documento técnico contendo o detalhamento do serviço de implantação e customização do ambiente virtual de aprendizagem <i>Moodle</i> (Modular Object Oriented Distance Learning), seguindo as seguintes especificações e procedimentos mínimos. Implantação: última versão estável do <i>Moodle</i> em português (Brasil), bem como todas as dependências necessárias (técnicas e legais); customização gráfica (<i>layout</i>); customização funcional (módulos e <i>plugins</i>), como: fóruns de discussão, testes, lições, SCORMs, WIKIs, glossários, recursos, referendos, inquéritos, trabalhos, <i>chats</i>, <i>workshops</i>, demais módulos e <i>plugins</i> necessários. Para a contratada implantar tanto a customização gráfica quanto a customização funcional, deve, necessariamente: - realizar reunião (ões) com representantes da instituição, onde serão formalizadas todas as necessidades; - desenvolver o Projeto de Implantação. Manutenção preventiva (realizada de forma contínua objetivando a ininterruptão do serviço), corretiva (visando corrigir qualquer falha que venha a ser detectada no sistema) e evolutiva (visando à atualização do sistema, módulos e <i>plugins</i> bem como seu aperfeiçoamento). O serviço de suporte deverá auxiliar o usuário na solução de qualquer problema técnico ou mesmo em dúvidas com relação ao uso do sistema. O atendimento deverá ser disponibilizado nos seguintes canais: <i>chat</i>, telefone durante 14 horas diárias (8h às 22h) de segunda a sexta-feira durante todo o período da hospedagem. Também deverão estar disponíveis manuais de orientação para uso, funcionalidades e serviços do ambiente virtual de aprendizagem, em português.</p>		D+15	R\$ 61.630,26		
<p>Produto 2: documento contendo o plano estratégico para fornecimento dos cursos nas ferramentas utilizadas contemplando o plano de hospedagem (servidores) do ambiente <i>Moodle</i>, com as seguintes especificações mínimas: - especificações técnicas de hospedagem, como: espaço em disco (arquivos), espaço para banco de dados, espaço para e-mails, transferência mensal, entre outras, devem estar de acordo para a perfeita utilização (funcionamento) do sistema <i>Moodle</i>, para no mínimo 1.000 (mil) usuários simultâneos (alunos, tutores, professores) cadastrados. Os usuários poderão realizar o cadastro de arquivos de diversos tamanhos (máx. 80 MB cada) com a quantidade ilimitada; replicação da aplicação (duplo servidor) para evitar descontinuidade do serviço ou perda de dados; <i>back-up</i> diário; tempo de resposta adequado para no mínimo 1.000 usuários (alunos, tutores, professores) cadastrados no sistema <i>Moodle</i>, com estes realizando acessos simultâneos; garantia de 99,6% de <i>uptime</i>; sistema <i>web</i> de estatísticas; período de hospedagem durante a vigência do contrato.</p>		D+20	R\$ 30.815,13		

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Produto 3: documento contendo a sistematização do conteúdo proposto para 10 cursos contemplando todo material didático em meio impresso de apoio aos alunos e para formato de publicação institucional que poderá ser distribuído <i>offline</i> : cadernos, apostila, manuais, cartilhas, DVDs de vídeoaula, livros, folders, cartazes de identificação etc.	D+100	R\$ 215.705,92
Produto 4: documento contendo o projeto instrucional com a sistematização de 10 cursos de duração entre 40 e 60 horas, na modalidade a distância a partir dos conteúdos organizados e disponibilizados no produto três (03) deste termo disponibilizados no <i>moodle</i> . Os cursos deverão complementar o material didático de apoio impressos.	D+120	R\$ 215.705,92
Produto 5: documento contendo a estruturação do treinamento para capacitação para transferência de tecnologia para a equipe técnica visando à utilização, manutenção e administração da plataforma do ambiente virtual de aprendizagem, bem como nas potencialidades da plataforma no processo ensino-aprendizagem. Deverão ser seguidas as seguintes orientações mínimas: as aulas deverão ser ministradas na modalidade presencial, em local acordado pelas partes. O conteúdo elaborado deverá ser impresso e encadernado e entregue aos alunos, devendo também estar inserido no ambiente virtual de aprendizagem. O conteúdo a ser ministrado deverá ser acordado previamente entre as partes.	D+180	R\$ 30.815,13
Produto 6: documento contendo o plano estratégico para migração dos cursos nas ferramentas utilizadas e customizadas para a estrutura física de Tecnologia do MMA, contendo detalhamento do serviço de migração do ambiente virtual de aprendizagem em sua última versão estável acompanhando suas customizações e todos os arquivos-fontes e toda a base de dados com integração ao <i>moodle</i> do MMA (http://ead.mma.gov.br) e suas respectivas bases de dados. A garantia de integridade e funcionamento dos recursos implementados é de total responsabilidade da contratada. A contratada deverá garantir a confidencialidade das informações dos usuários mediante termo assinado.	D+220	R\$ 61.630,26
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: BENNER Tecnologia e Sistemas de Saúde LTDA	CPF: 03.854.323/0001-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: cinco produtos entregues, três pagos no exercício de 2013, contrato em execução.		

27.1.5 Consultor (a): Aline Falco Reis Fernandes

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente	PNUMA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil	PNUMA/10/PCS (Nº 61-P7)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2013-03					
Objetivo da Consultoria: elaborar conteúdo informativo técnico e de comunicação referente aos temas relacionados à Produção e Consumo Sustentáveis.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/03/2013	04/03/2014	R\$ 43.564,56	R\$ 43.564,56	R\$ 30.365,29	R\$ 30.365,29
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: documento técnico consolidado contendo mapeamento das informações relativas aos seis eixos prioritários do PPCS.			22/04/2013	R\$ 3.966,75	
Produto 2: primeiro documento técnico consolidado contendo dois informativos quinzenais e quatro entrevistas com atores relevantes concernente ao tema Produção e Consumo Sustentáveis.			10/06/2013	R\$ 13.199,27	
Produto 3: produto contendo seis informativos quinzenais e a transcrição de quatro entrevistas realizadas com atores relevantes concernente ao tema Produção e Consumo Sustentáveis.			15/11/2013	R\$ 13.199,27	
Produto 4: terceiro documento técnico consolidado contendo quatro informativos quinzenais e a transcrição de quatro entrevistas realizadas com atores relevantes concernente ao tema Produção e Consumo Sustentáveis, segundo descrição contida no item V do termo de referência em anexo.			19/02/2014	R\$ 13.199,27	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Aline Falco Reis Fernandes			CPF: 852.116.991-49		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: quatro produtos entregues, três pagos no exercício de 2013, contrato em execução.					

27.1.6 Consultor (a): Fernando Henrique de Sousa

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente	PNUMA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil	PNUMA/10/PCS (Nº 61-P7)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2013-09					
Objetivo da Consultoria: elaboração de conteúdos técnicos para o desenvolvimento de uma versão da Campanha Passaporte Verde no Brasil, com contexto da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/04/2013	17/04/2014	R\$ 136.500,00	R\$ 136.500,00	R\$ 58.500,00	R\$ 58.500,00
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: documento técnico contendo: relatório do turismo sustentável (incluindo critérios de sustentabilidade utilizados na definição do conceito) nas 12 cidades sedes, que inclui pesquisa das prioridades e obstáculos, identificação de produtos e temas comuns para serem divulgados na campanha passaporte verde e identificação de atores que colaborarão com as coletas de dados.			02/06/2013	R\$ 19.500,00	
Produto 2: documento técnico contendo: Plano de Ação, que deverá incluir: proposta (conceito) para a Campanha Passaporte Verde, com conteúdo que será divulgado; estratégia de comunicação; público-alvo que deverá ser alcançado; estratégia de consulta e engajamento de atores da área; e estratégia de mobilização de recursos.			17/07/2013	R\$ 26.000,00	
Produto 3: documento técnico contendo: lista de empresas e organizações identificadas que poderão auxiliar no desenvolvimento da aplicação da Campanha Passaporte Verde e das tecnologias específicas para integrar a medição e o uso eficiente de recursos dos setores de alimentação e hospedagem participantes da campanha; especificações técnicas e critérios de seleção dessas tecnologias para essas empresas.			17/08/2013	R\$ 13.000,00	
Produto 4: documento técnico contendo: empresas e/ou organizações dos setores de alimentação e hospedagem que participarão da Campanha Passaporte Verde; critérios de sustentabilidade utilizados na identificação; propostas de ações específicas para integrar a medição do desempenho no uso eficiente de recursos; estratégia de engajamento dos setores.			27/09/2013	R\$ 19.500,00	
Produto 5: documento técnico contendo: proposta final da Campanha Passaporte Verde, incluindo indicadores de monitoramento e metodologia de avaliação da Campanha.			07/03/2014	R\$ 39.000,00	
Produto 6: documento técnico contendo: elaboração de proposta de programa de capacitação (guia prático) para divulgação e uso da Campanha Passaporte Verde, assim como outros materiais de apoio à Campanha.			25/03/2014	R\$ 13.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernando Henrique de Sousa				CPF: 222.416.058-59	

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: quatro produtos entregues, três pagos no exercício de 2013, contrato em execução.

27.1.7 Consultor (a): Márcia Gouveia Régis

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente			PNUMA		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil				PNUMA/10/PCS (Nº 61-P7)	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2013-11					
Objetivo da Consultoria: contratação de consultoria técnica para desenvolver e estruturar a rede de relacionamento estratégico e de gestão de conhecimento, o desenvolvimento institucional e a comunicação social para suporte às metas da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, de modo a implementar a agenda de gênero e sustentabilidade, no âmbito do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/05/2013	08/05/2014	R\$ 105.000,00	R\$ 105.000,00	R\$ 66.750,00	R\$ 66.750,00
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Produto 1: elaborar documento técnico contendo o Plano de Comunicação para a Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, com objetivos, estratégias, públicos, mensagens e apresentação de um plano de monitoramento de resultados esperados – indicadores.		02/07/2013		R\$ 26.700,00	
Produto 2: documento técnico contendo proposta de Portfólio de Comunicação (<i>Site</i> , Informativos, Informes Mensais, Folders, Manuais, Cartilhas, Videoclipes, Boletins, Relatório Anual, Publicação de Melhores Práticas, Perfil em Redes Sociais, Apresentações, dentre outros).		20/11/2013		R\$ 26.700,00	
Produto 3: documento técnico contendo Levantamento e Análise de Pesquisas de Mercado, Universidades, Governo e Instituições Setoriais sobre a Participação de Mulheres em Cargos de Liderança.		20/11/2013		R\$ 13.350,00	
Produto 4: documento técnico contendo o Escopo do Centro de		15/01/2014		R\$ 22.250,00	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Referência de Gênero e Sustentabilidade, biblioteca virtual de acesso irrestrito a ser hospedada no <i>site</i> do Ministério do Meio Ambiente.		
Produto 5: documento técnico contendo a sistematização e análise das entrevistas com participantes da Rede.	08/04/2014	R\$ 16.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Márcia Gouveia Régis	CPF: 746.936.117-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: três produtos entregues e pagos, contrato em execução.		

27.1.8 Consultor (a): Renata Conceição Pio Raposo Bernardes

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente			PNUMA		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil			PNUMA/10/PCS (Nº 61-P7)		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2013-18					
Objetivo da Consultoria: consultoria técnica para contratação de consultoria (pessoa física) para elaboração de documentos técnicos da Agenda de Ações da "Plataforma+20", no âmbito da iniciativa "Rede de Mulheres Brasileiras Líderes Pela Sustentabilidade".					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/07/2013	03/06/2014	R\$ 69.000,00	R\$ 69.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: mapeamento de iniciativas, atores sociais, nacional e internacional, sobre o “Consumo Consciente”, e análise de convergência com as diretrizes do documento Plataforma 20 da Rede de Mulheres.			28/02/2014	R\$ 20.000,00	
Produto 2: mapeamento consumo consciente; análise de convergência documento Plataforma 20 da Rede de Mulheres.			20/11/2013	R\$ 20.000,00	
Produto 3: levantamento de dados e informações e análise de instituições, nacionais e internacionais, que disponibilizam recursos			17/04/2014	R\$ 12.000,00	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

financeiros para apoio de estratégias, programas, projetos e ações com foco “Mulher e Meio Ambiente”.		
Produto 4: proposta de ementa, conteúdo e estratégia político pedagógica de implementação de curso a distância, de no mínimo 12 horas, sobre “Mulher e Sustentabilidade” para capacitação de Mulheres do Campo.	02/06/2014	R\$ 17.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Renata Conceição Pio Raposo Bernardes	CPF: 295.724.107-25	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: 2º produto entregue e pago, contrato em execução.		

27.1.9 Consultor (a): Sara Araújo Poletto

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente			PNUMA		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil			PNUMA/10/PCS (Nº 61-P7)		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2013-05					
Objetivo da Consultoria: Projeto Metodológico e o Processo de Sistematização da IV Conferência Nacional de Meio Ambiente – CNMA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/03/2013	14/02/2014	R\$ 111.473,00	R\$ 111.473,00	R\$ 111.473,00	R\$ 111.473,00
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: apresentação, objetivo do produto, introdução, contextualização, pressupostos, metodológicos para a IV CNMA.			14/04/2013	R\$ 11.147,38	
Produto 2: Manual Metodológico das Conferências Municipais da IV CNMA.			14/07/2013	R\$ 22.294,75	
Produto 3: proposta de capacitação para os profissionais das Comissões Organizadoras Estaduais/Distrital da IV CNMA.			14/09/2013	R\$ 16.721,07	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Produto 4: Manual Metodológico das Conferências Estaduais da IV CNMA.	14/12/2013	R\$ 27.868,44
Produto 5: relatório crítico final da metodologia e sistematização das etapas preparatórias da IV CNMA.	14/02/2014	R\$ 33.442,13
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Sara Araújo Poletto	CPF: 877.089.061-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: todos produtos entregues e pagos no exercício de 2013, contrato finalizado.		

27.1.10 Consultor (a): Maria Thereza Ferreira Teixeira

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente				PNUMA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil				PNUMA/10/PCS (Nº 61-P7)	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2013-06					
Objetivo da Consultoria: Projeto Metodológico e o Processo de Sistematização da IV Conferência Nacional de Meio Ambiente – CNMA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/03/2013	20/02/2014	R\$ 111.473,00	R\$ 111.473,00	R\$ 111.473,00	R\$ 111.473,00
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: apresentação, objetivo do produto, introdução, contextualização, pressupostos, metodológicos para a IV CNMA.			20/04/2013	R\$ 11.147,38	
Produto 2: Manual Metodológico das Conferências Municipais da IV CNMA.			20/07/2013	R\$ 22.294,75	
Produto 3: proposta de capacitação para os profissionais das Comissões Organizadoras Estaduais/Distrital da IV CNMA.			20/09/2013	R\$ 16.721,07	
Produto 4: Manual Metodológico das Conferências Estaduais da IV			20/12/2013	R\$ 27.868,44	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

CNMA.		
Produto 5: relatório crítico final da metodologia e sistematização das etapas preparatórias da IV CNMA.	20/02/2014	R\$ 33.442,13
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria Thereza Ferreira Teixeira	CPF: 711.543.701-78	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: todos produtos entregues e pagos no exercício de 2013, contrato finalizado.		

27.1.11 Consultor (a): Ambiental

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente				PNUMA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil				PNUMA/10/PCS (Nº 61-P7)	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: BRA 10-23902/2013					
Objetivo da Consultoria: estruturação de uma estratégia nacional de educação ambiental e comunicação social para gestão de resíduos sólidos a compor o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/02/2013	02/10/2014	R\$ 726.551,28	R\$ 726.551,28	R\$ 726.551,28	R\$ 726.551,28
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório Técnico contendo modelo propositivo de uma matriz pedagógica/metodológica de Educação Ambiental – com ações aplicáveis ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos.			05/04/2013	R\$ 145.310,26	
Produto 2: Relatório Técnico contendo modelo propositivo de uma matriz conceitual/metodológica de comunicação social.			05/05/2013	R\$ 108.982,69	
Produto 3: modelo propositivo de plano de avaliação e monitoramento das ações propostas, apresentando indicadores socioambientais correlatos ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos.			05/06/2013	R\$ 145.310,26	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Produto 4: mapeamento de experiências e ações locais/ regionais/ nacionais de Educação Ambiental para a Gestão de Resíduos Sólidos.	05/07/2013	R\$ 145.310,26
Produto 5: coleção material pedagógico com informação e conteúdos basais no tema de EA para a Gestão de Resíduos Sólidos e resumo executivo do conjunto de conteúdos da Estratégia.	05/08/2013	R\$ 181.637,82
Empresa Contratada		
Empresa: AMBIENTALIS	CNPJ: 05.880.143/0001-59	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: todos produtos entregues e pagos no exercício de 2013, contrato finalizado.		

27.1.12 Consultor (a): Solar Formação, Pesquisa e Gestão LTDA

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente			PNUMA		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil			PNUMA/10/PCS (Nº 61-P7)		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: BRA 10-25206/2013					
Objetivo da Consultoria: desenvolver ferramenta e estratégia de formação e capacitação para implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P nos órgãos públicos federais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/06/2013	04/06/2014	R\$ 349.720,00	R\$ 349.720,00	R\$ 192.346,00	R\$ 192.346,00
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: relatório com estratégia de capacitação e proposta de material didático relativo à A3P.			D+10	R\$ 34.972,00	
Produto 2: apostila para a Capacitação em Sustentabilidade na Administração Pública + Curriculum para Especialização em Educação e Gestão Ambiental.			D+60	R\$ 87.430,00	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Produto 3: realização de curso de capacitação, de 24h, em A3P(em Brasília) e entrega da versão final do material didático.	D+103	R\$ 17.486,00
Produto 4: realização de curso de capacitação, de 24h, em A3P(em Brasília).	D+131	R\$ 17.486,00
Produto 5: realização de curso de capacitação, de 24h, em A3P(em Brasília).	D+201	R\$ 17.486,00
Produto 6: produção de videoaulas dos cursos realizados em Brasília/DF.	D+211	R\$ 17.486,00
Produto 7: relatório sobre a realização de curso de capacitação, de 24 horas, em A3P na cidade 1.	D+211	R\$ 17.486,00
Produto 8: relatório sobre a realização de curso de capacitação, de 24 horas, em A3P na cidade 2.	D+299	R\$ 17.486,00
Produto 9: relatório sobre a realização de curso de capacitação, de 24 horas, em A3P na cidade 3.	D+306	R\$ 17.486,00
Produto 10: relatório sobre a realização de curso de capacitação, de 24 horas, em A3P na cidade 4.	D+313	R\$ 17.486,00
Produto 11: relatório sobre a realização de curso de capacitação, de 24 horas, em A3P na cidade 5.	D+320	R\$ 17.486,00
Produto 12: relatório sobre a realização de curso de capacitação, de 24 horas, em A3P na cidade 6.	D+327	R\$ 17.486,00
Produto 13: relatório sobre a realização de curso de capacitação, de 24 horas, em A3P na cidade 7.	D+341	R\$ 17.486,00
Produto 14: relatório sobre a realização de curso de capacitação, de 24 horas, em A3P na cidade 8.	D+355	R\$ 17.486,00
Produto 15: relatório sobre a realização de curso de capacitação, de 24 horas, em A3P na cidade 9.	D+362	R\$ 17.486,00
Empresa Contratada		
Empresa: Solar Formação, Pesquisa e Gestão LTDA	CNPJ: 06.079.533/0001-97	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: dois produtos entregues, contrato em execução.		

27.1.13 Consultor (a): Fundação Getúlio Vargas

QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente			PNUMA		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil			PNUMA/10/PCS (Nº 61-P7)		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SSFA/BRA-001/2013					
Objetivo da Consultoria: desenvolver iniciativa de compras sustentáveis no contexto da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, no âmbito da implementação do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/07/2013	17/09/2014	R\$ 394.774,67	R\$ 394.774,67	R\$ 19.738,73	R\$ 19.738,73
Insumos Externos					
Não se aplica.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento contendo o resultado das reuniões presenciais e a distância, com objetivo de alinhamento de expectativas, nivelamento de percepções, definição de interlocutores das instituições parceiras e governança do projeto.			D+10	R\$ 19.738,73 (5%)	
Produto 2 – Documento contendo: 2.1 Mapeamento e análise das principais normas nacionais que tratam da temática das compras sustentáveis, bem como instrumentos de autorregulação e voluntários; 2.2 Descrição e justificativa da metodologia para a escolha dos sete produtos e/ou serviços a serem estudados; 2.3 Mapeamento preliminar de potenciais fornecedores nacionais e internacionais para os produtos e/ou serviços estudados priorizando, quando possível, os nacionais, bem como mapeamento do preço de venda informado pelos fornecedores. O mapeamento preliminar limitar-se-á a três			D+60	10%	

<p>fornecedores, quando existentes, com seus respectivos preços.</p>		
<p>Produto 3 – Documento contendo:</p> <p>3.1 Identificação e análise dos principais programas públicos e privados de âmbito nacional voltados para a temática de eventos esportivos, grandes eventos e aqueles voltados para a sustentabilidade destes;</p> <p>3.2 Critérios de Sustentabilidade para os três primeiros produtos e/ou serviços definidos pelas instituições parceiras.</p>	D+90	10%
<p>Produto 4 – Documento contendo:</p> <p>4.1 agenda e atividades do <i>workshop</i> de capacitação;</p> <p>4.2 <i>training toolkit</i> de suporte para o <i>workshop</i> de capacitação.</p>	D+120	10%
<p>Produto 5 – Realização de um <i>Workshop</i> de capacitação com seis horas de duração em São Paulo/SP, com transmissão <i>online</i> para demais cidades-sede, quando possível, e gravação de vídeo com compilado compreensivo do <i>workshop</i> para divulgação para as demais cidades-sede.</p>	D+150	5%
<p>Produto 6 – Documento contendo os critérios de sustentabilidade para os quatro produtos e/ou serviços restantes definidos pelas instituições parceiras.</p>	D+180	10%
<p>Produto 7 – Entrega do “Guia de Compras Sustentáveis no contexto da Copa do Mundo de 2014” e lançamento da publicação em São Paulo/SP.</p>	D+360	45%
<p>Produto 8 – Entrega de resumo executivo das atividades do projeto, incluindo prestação de contas.</p>	D+420	5%
Empresa Contratada		
Empresa: Fundação Getúlio Vargas	CNPJ: 33.641.663/0001-44	